

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

JULIANA APARECIDA MIKOLAICZYK

**UM ESTUDO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE
VILA APARECIDA EM FLORIANÓPOLIS/SC**

**Florianópolis/SC
2010/1**

JULIANA APARECIDA MIKOLAICZYK

**UM ESTUDO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE
VILA APARECIDA EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Herweg Westphal.

JULIANA APARECIDA MIKOLAICZYK

**UM ESTUDO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE
VILA APARECIDA EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Banca examinadora:

Orientadora

Prof^a. Dra. Vera Herweg Westphal
Prof^a. Departamento de Serviço Social – UFSC

1^a Examinadora

Prof^a. Dra. Teresa Kleba Lisboa
Prof^a. Departamento de Serviço Social – UFSC

2^a Examinadora

Prof^a Dra. Vânia Maria Manfroi
Prof^a. Departamento de Serviço Social – UFSC

Florianópolis, 06 de julho de 2010

Dedico este trabalho à minha amada família, que mesmo de longe sempre me incentivou a prosseguir na minha busca, especialmente a meu pai (in memoriam), que sempre sonhou ter um filho formado na Universidade.

AGRADECIMENTOS

Finalmente chegou a hora mais aguardada por mim, já que todos me diziam que os agradecimentos é a última parte que escrevemos, e somente agora entendi o porquê.

Entendi, como disse minha querida supervisora de campo, a Assistente Social Kátia, que a elaboração do TCC é uma construção, e quantas partes são refeitas, algumas palavras são retiradas, citações são acrescentadas, quantas pessoas são extremamente importantes nesse processo, às vezes aparecem do nada no momento exato, não é mesmo Lani!?!? Por isso tudo, entendi que realmente só se escreve os agradecimentos ao final, depois de “tudo” dito, escrito e vivido... Então vamos lá, aos agradecimentos...

Primeiramente agradeço ao que considero ser o Divino, ou Deus, a Natureza, Tudo, o Todo, Universo. Embora ainda esteja buscando descobrir quem sou eu, o que estou fazendo aqui e para onde irei depois, agradeço docemente todos os dias a oportunidade de acordar para mais um dia de experiências...

Agradeço aos amigos pela compreensão nas minhas ausências, não é mesmo minha “mãe” Marina, amigas(os) Renata, Claudia, Luana, Mário?!?! E tantos outros que muitas vezes me convidaram para almoços, festas, filmes, e a quem com muita dor no coração, dividida entre a vontade de ir e a necessidade de ficar, tive que dizer não... Não posso ir! A necessidade de ficar venceu a batalha várias vezes, mas penso que nada foi em vão, os resultados serão colhidos ao longo do tempo. Quantas trilhas, que tanto AMO, deixei de fazer...

Agradeço do mais profundo cantinho do meu coração, e não faço isso sem derramar agora muitas lágrimas, à minha “mãe” Marina, pelas inúmeras vezes que me ligou, pressentiu o meu desespero, a minha angústia e sempre se fez presente, mesmo que a certa distância física. Sem todas as tuas palavras de consolo, de encorajamento, teria sido impossível, ou muito mais difícil prosseguir e hoje chegar até aqui... Meu obrigada ao povo aí de Areias de Baixo e Armação da Piedade (Governador Celso Ramos/SC) pelo carinho com que me receberam na família, que há muitos anos já considero minha. “Irmã” keke, não fica com ciúmes, tá! Amo todos vocês!

Agradeço a minha “indiarada” lá do extremo-oeste, Barracão/PR e de Dionísio Cerqueira/SC. Minha Mãezinha que tanto AMO, a “Nona Lourdes”, que há anos me viu partir em busca dos meus sonhos, dos meus ideais, que mesmo sentindo, imagino eu, uma dor enorme em seu coração, me incentivou a partir... Confesso que estes anos todos não têm sido lá muito fáceis, mas eu não voltaria atrás na decisão que tomei... Mãe obrigada por todos os

valores que me destes, o carinho com que me educou, me ensinando desde cedo como é a vida, obrigada por todas as orações que fazes a Nossa Senhora Aparecida, minha Santa Padroeira, mas coitada da Santinha, Mãe, ela dever estar de ouvido saturado já, heheheh.

Enfim, agradeço à minha maninha Clarice (saudades das nossas bagunças na padaria), meus irmãos Carlos e Gilmar (ambos serão papais novamente!? E eu tia mais duas vezes, só espero não ficar pra titia!!!) Meus sobrinhos e sobrinhas lindos(as): Carlos Ernesto (que me deu um sobrinho-neto lindo, o Andrey), a Karlinha, (que me enche de orgulho e me inspira com sua dedicação aos estudos, te admiro!) a Karolita (que era para ser minha grande companheira de festas, mas que decidiu voltar para DCQ), a Fernanda (polaca linda que tem uma alegria de viver que encanta, não é mesmo Sandro?! Este que roubou o coração dela e agora vai assumir as “prestações”, hahahah), o Eduardo (figura mais divertida impossível, pena morarmos tão longe), o Jean Carlos, (que só conheço por fotos, mas um dia ainda abraçarei), o Mateus (com que eu gostaria muito de conviver mais de perto nesta fase da adolescência), o Marcelo (que foi o sobrinho com quem menos eu convivi, pois quando nasceu eu já morava em Floripa) Com exceção do Marcelo, carreguei todos no colo, lavei a bundinha (alguns devem lembrar dos banhos de água gelada no tanque, me desculpem!), tirei piolhos, dei comida. Como não pretendo ser mãe, me sinto realizada através de vocês... ah, também pelo tamanho de vocês vejo que estou ficando velha... Têm ainda as cunhadas Jaria, Luciana e o Ivan, tios, tias, primos, primas, madrinha, padrinho...

Agradeço a meu pai Augusto, que mesmo tendo partido desta vida terrena sem assistir a minha colação, és a grande razão pela qual estou aqui hoje, me formando. Teus ensinamentos podem não ter sido transmitidos da maneira mais doce e suave, mas só agora entendo que era a única maneira que tu conhecias, não é, pai?! Compreendo-te, e me perdoa por ter te deixado ir sem nunca ter te dito em alto e bom som: PAI, EU TE AMO!!!

Agradeço as minhas ex companheiras de casa, Juzinha (que voltou pra junto da D. Dimária lá em Itaperuna/RJ, vais sempre morar em meu coração, exemplo de ser humano! E a tampa do lixeiro... hahaha), Renata (loira natural, alta, feia coitadinha... uma criança grande, espero que nossa amizade dure para sempre, adoro você “alemoa”!), teve também a Schutz, a Mônica, a Carmelita, a Andressa, todas deixaram de alguma maneira um pouco de si e espero tenham levado um pouco de mim!

Agradeço as grandes amigas Denise (minha comadre, menina mulher ímpar, de uma simplicidade e doçura incríveis), Alessandra (personalidade forte, amiga sincera, confiante, guerreira, vai voltar da Austrália falando inglês como ninguém), Marisa (Mestranda agora, pessoa tranquila, que sempre transmitiu a nós sua alegria de viver, sinceramente não sei como

consegue ser tão calma...), Lucimar (“alemoa” que tem me emprestado os ouvidos nestes dias de TCC, estaremos lá no alto juntas, jurando que depois teremos tempo para tomar chimarrão juntas, só quero ver!).

Agradeço aos colegas do PETI: Cacá, as Assistentes Sociais Alexsandra, Josiane e Kátia, as estagiárias com quem convivi: Tatiana, Fernanda, Karol, Mayara, Gabriel (chato, mas que adoro!), e nos últimos tempos a Ariana, a Karini e a Maria Eduarda. Não poderia jamais deixar de citar as nossas vizinhas do arquivo, Lu, Janete, Lenira (esta deve ter sido minha mãe em outras vidas, pois tenho um carinho e uma identificação imensa com ela). Também a Nilza, por quem tenho um carinho especial.

Pessoal, jamais esquecerei nossas “terapias coletivas na mesa redonda”! Alê e Kátia, minhas supervisoras de compras no brechó do Lar Recanto do Carinho... Sinceramente, depois da experiência de estágio, nunca mais serei a mesma. Conviver com pessoas tão especiais fizeram deste processo de aprendizagem algo inesquecível.

Agradeço as famílias as quais atendi, especialmente das regiões de Capoeiras e Vila Aparecida, comunidade esta com a qual desde o início do estágio me identifiquei, pelo fato da maioria terem vindo do oeste do Estado para a capital, com o sonho de emprego, de vida melhor, de estudar, pois estes também foram os motivos que me trouxeram para cá. (Parece-me ridículo agradecer, pois a situação delas é lamentável, mas infelizmente a profissão só existe porque estas famílias existem). Vocês me proporcionaram muitas experiências, não só acadêmicas, mas pessoais, sentimentais. Obrigada!

Agradeço as colegas em geral do curso de Serviço Social, algumas com certeza serão sempre lembradas, minha “patota”, aos professores, alguns serão sempre idolatrados e admirados. Existiram certas leituras, autores, situações e pessoas que me deixaram lembranças marcantes e que vou levar para a vida toda. Porém, há outras que passaram despercebidas e que o tempo vai se encarregar de apagar. Estar numa Universidade é tudo de bom. Convivi com muitos livros (ou xerox) e quero conviver com muitos mais...

Agradeço a uma pessoa que foi muito importante em minha vida, o querido Ubirajara Vidal Rita, que muito fez por merecer, durante nossos anos de convivência, para ser hoje citado aqui. É... tinhas razão em muitas coisas que dizias, hoje eu sei. A experiência... ah, a experiência!

Agradeço aos meus colegas de trabalho, em especial aos vigilantes da Fundação CERTI, Srs. Leonel, Mauri e Paulo, que por alguns semestres se dispuseram a chegar mais cedo, liberando-me para que eu pudesse assistir aulas à noite, pois estagiava pela manhã e

trabalhava à tarde. Também às chefias que entenderam minha necessidade de estudante enquanto trabalhadora.

Agradeço à sociedade em geral, que através do pagamento de impostos, me proporcionaram a fantástica experiência de cursar uma Universidade Pública. Desejo e me esforçarei para retribuir de alguma forma. A todos aqueles que foram obrigados a me aturar falando de TCC, reclamando do mesmo, agora acabou! Ou não, pretendo fazer três graduações, então faltam só mais duas...

Agradeço à minha querida professora orientadora Vera Herweg Whesphal, pessoa que desde o primeiro encontro senti emanar muita energia positiva. O medo e o receio foram grandes durante este processo, mas depois de cada orientação conseguia me sentir forte, confiante. Houve momento em que as lágrimas foram inevitáveis, mas o abraço se fez presente... Meus sinceros agradecimentos!

Nossa, não posso esquecer-me de agradecer ao meu querido amigo Cleber (adóóóóóóro!). Pessoa que certamente Deus colocou no meu caminho nesses tempos de inquietudes, para que eu pudesse suportar mais facilmente meus medos e minhas dores. Obrigada pelos livros, filmes, músicas, pipocas, almoços, jantas (isso me engordou três quilos, o verão está chegando, regime já!!!), também pela ajuda com os gráficos, afinal quem mandou fazer matemática! Contigo resgatei um pouco do sentido de convivência familiar, de apoio, carinho.

Finalmente, agradeço ao indizível Poeta das Vertigens, Marlon Meira Macarini, pessoa ímpar com quem tive o grande prazer de conviver, mesmo que por breves momentos. Ainda que distante fisicamente, sempre te senti presente, as maravilhosas lembranças ficarão para sempre em minha memória. Contigo entendi o significado da paixão! És minha fonte de inspiração, novos olhos para uma nova vida. Contigo aprendi ir à busca do desconhecido, sem medo, sempre com respeito, engendrando o caos, vivendo e partilhando a felicidade das coisas simples da vida, visíveis ou invisíveis. Você deixou impressões em minha alma, Poeta. Com certeza *“não vai existir mais perfeição do que já existe AGORA!”*. Obrigada por existires!!!

Peço desculpas se esqueci de mencionar alguém, mas sintam-se agradecidos todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram de alguma maneira no meu processo de aprendizagem. O fim é apenas um novo começo!

Juliana Aparecida Mikolaiczuk

*“Ser corajoso não significa não sentir medo,
Ser corajoso significa fazer o que é preciso ser feito, mesmo quando se tem medo”.*
Jesús Santillanes

RESUMO

MIKOLAICZYK, Juliana Aparecida. **Um estudo do processo de mobilização social na comunidade Vila Aparecida em Florianópolis/SC.** 96 f. 2010. TCC (Graduação em Serviço Social) Curso de Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central analisar o processo de mobilização social na comunidade da Vila Aparecida no município de Florianópolis/SC, a partir da visão das lideranças comunitárias. Tal temática foi escolhida a partir da prática vivenciada no estágio curricular no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do município de Florianópolis/SC. Período no qual se constatou que as crianças e adolescentes residentes na referida comunidade não participavam de ações sócioeducativas e de convivência, uma das condicionalidades para inclusão e permanência no Programa. Percebeu-se a ausência de projetos na Vila Aparecida, despertando então o desejo de conhecer a comunidade e suas formas de participação e mobilização social. Para chegar ao conhecimento desejado utilizou-se a pesquisa exploratória e documental, por meio da leitura e análise das informações contidas em leis, portarias, informativos e documentos considerados como necessários. Realizou-se primeiramente um breve histórico do processo de urbanização do município de Florianópolis, situando o nascimento da comunidade Vila Aparecida, assim como o PETI e o Serviço Social dentro do referido Programa. Além disso, procurou-se contextualizar o processo de mobilização social no Brasil, apresentando o processo de participação popular. O objetivo deste trabalho foi, portanto, identificar como se dá o processo de mobilização social na Vila Aparecida, por meio da visão das lideranças comunitárias, no enfrentamento das expressões da questão social apresentadas na comunidade. Foi possível concluir que, quanto ao entendimento sobre a diferença entre participação e mobilização social fica evidenciado que não conseguem expressar com precisão e objetividade suas reais diferenças ou até se elas realmente existem. Pode-se destacar ainda que entendem a mobilização como processo contínuo, enquanto que a participação se evidencia em atuação voltada para resultados mais imediatos. Desta forma, sugere-se que o Programa crie propostas de capacitação junto às lideranças comunitárias da Vila Aparecida, auxiliando no descobrimento de potencialidades e superação das limitações.

Palavras-chave: Mobilização social. Participação. Vila Aparecida. Lideranças comunitárias.

LISTA DE SIGLAS

ANAMPO – Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais
ASEC – Ações Socioeducativas e de Convivência
BNH – Banco Nacional de Habitação
CADÚN – Cadastro Único para Programas Sociais
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEC – Centros de Educação Complementar
CEF – Caixa Econômica Federal
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMCAP – Companhia Melhoramentos da Capital
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSEG – Conselho de Segurança
CPC – Círculos Populares de Cultura
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
FUCAS – Fundação Casan
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGEOP – Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis
IPEC – Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
LBV – Legião da Boa Vontade
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNRC – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
NOB – Norma Operacional Básica
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
PBF – Programa Bolsa Família
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social

SESC – Serviço Social do Comércio

SISPETI – Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de famílias inseridas no PETI	41
Gráfico 2 – Número de ocupações	42
Gráfico 3 – Número de crianças e adolescentes inseridas no PETI	43
Gráfico 4 – Número de crianças e adolescentes por escola	44
Gráfico 5 – Numero de criança/adolescente por ASEC	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados biográficos dos respondentes	70
Quadro 2 – Engajamentos dos respondentes na comunidade	72
Quadro 3 – Lutas das lideranças na comunidade	74
Quadro 4 – Visão sobre participação	76
Quadro 5 – Visão sobre mobilização social	79
Quadro 6 – Resultados alcançados e diferença entre participação e mobilização social ...	80
Quadro 7 – Demandas atuais	82
Quadro 8 – Melhorias na comunidade	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 FLORIANÓPOLIS, A VILA APARECIDA E O PETI	18
2.1 O processo de urbanização de Florianópolis	26
2.2 A comunidade da Vila Aparecida no município de Florianópolis	26
2.3 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Florianópolis	31
2.4 Caracterização do Serviço Social no PETI	37
2.5 Perfil das crianças e adolescentes da Vila Aparecida inseridas no PETI	40
3 MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL	47
3.1 Breves considerações históricas sobre mobilização social no Brasil	47
3.2 Novos movimentos sociais	50
3.3 Movimentos sociais e mobilização social: aproximações conceituais	56
3.4 Relações entre mobilização social e participação	63
4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA REALIZADA	68
4.1 Perfil dos respondentes	70
4.2 Engajamentos na comunidade	72
4.2.1 Sobre a entidade na qual participa na comunidade	72
4.2.2 Lutas empreendidas pela entidade na qual participa	74
4.3 Visão acerca da participação	75
4.4 Visão acerca da mobilização social	79
4.5 Resultados alcançados	80
4.6 Demandas atuais da comunidade	82
4.7 Aspectos a serem alterados na comunidade	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE A – Questionário da Pesquisa sobre “Processos de Mobilização Social na Vila Aparecida”	93

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da avaliação final para a conclusão do curso e obtenção do grau de bacharelado em Serviço Social. Trata-se de uma reflexão sobre o processo de mobilização social na Vila Aparecida, comunidade localizada na região continental do município de Florianópolis/SC, onde, enquanto estagiária atendi famílias inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no período entre julho de 2009 e julho de 2010. Deste processo de aprendizagem e intervenção profissional, surgiu o desejo de refletir e pesquisar o processo de mobilização social na comunidade.

O PETI tem como objetivo retirar crianças e adolescentes com idade inferior a dezesseis anos de diversas situações de trabalho. Para isso, disponibiliza um benefício monetário às famílias inseridas no Programa e, em contrapartida, exige a retirada de todos os filhos de situações de trabalho precoce, assim como a inserção e permanência dos mesmos na escola e nas ações socioeducativas e de convivência (ASEC).

Durante o período de estágio constatou-se que muitas das crianças e adolescentes inseridos no Programa, residentes na comunidade da Vila Aparecida não estavam frequentando as ASEC, mesmo sob o risco de perder o benefício. Este fato ficou mais evidente quando foi implantado, em Florianópolis, o Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (SISPETI), cujo objetivo é controlar e acompanhar a frequência mensal mínima de 85% exigida como condicionalidade para permanência no Programa.

Esta realidade suscitou-me a seguinte pergunta: Porque um número tão significativo de crianças e adolescentes da comunidade Vila Aparecida inseridos no PETI não estão frequentando as ações socioeducativas e de convivência?

Percebeu-se então, a importância de conhecer os motivos pelos quais não existem na comunidade instituições que ofereçam a essas crianças e adolescentes ações de caráter socioeducativas e de convivência. Ainda, como as lideranças comunitárias se organizam para garantir os direitos da população residente na localidade, tornando-se este o objeto de estudo do presente trabalho. Assim para obtenção de dados que pudessem responder as indagações realizadas, optou-se por realizar entrevistas com lideranças comunitárias.

O trabalho está dividido em seções. A primeira é esta introdução. Na segunda seção situo a organização e dinâmica do processo de urbanização de Florianópolis, tendo por objetivo compreender como surgem as áreas periféricas, assim como as consequências do processo de urbanização, como a pobreza, favelização e violência urbana, mais

especificamente sobre e na comunidade da Vila Aparecida. Também situo o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), onde fiz meu Estágio Curricular Obrigatório I e II, atendendo famílias residentes na Vila Aparecida, dentre outras, e de onde surgiu o interesse por conhecer o processo de mobilização social da referida comunidade. Na sequência, aborda-se a atuação do Serviço Social na garantia dos direitos das crianças e adolescentes inseridos no Programa. Por fim, na segunda seção, traço um breve perfil das crianças e adolescentes residentes na Vila Aparecida inseridos no PETI.

Na terceira seção problematiza-se o processo de mobilização social no Brasil, assim como o processo de participação popular, o protagonismo dos sujeitos ativos no processo participativo e sua relação com o Serviço Social.

Na quarta seção, apresenta-se a trajetória da pesquisa realizada contextualizando a participação e mobilização social das lideranças comunitárias. Por fim, demonstram-se os resultados da pesquisa realizada que permitem uma reflexão acerca do processo de mobilização social na comunidade.

Pretende-se com este trabalho entender como se dá o processo de mobilização social e a articulação entre as lideranças comunitárias, cuja finalidade é justamente levantar informações que auxiliem o PETI no conhecimento da comunidade e na criação de estratégias para a inclusão e permanência de crianças e adolescentes nos projetos de ações sócio-educativas e de convivência, minimizando as possibilidades de exploração do trabalho infantil na comunidade. Por fim, possibilitar ainda o conhecimento da visão das lideranças comunitárias acerca dos serviços disponibilizados pelo Estado.

2 FLORIANÓPOLIS, A VILA APARECIDA E O PETI

O presente capítulo tem como objetivos analisar alguns aspectos históricos que se mostram fundamentais para a urbanização do município de Florianópolis.

De forma ampla na sociedade mundial, o avanço tecnológico nos transportes de mercadorias, aumento da população, avanço do comércio, são conseqüentemente o princípio do processo de urbanização.

No Brasil a partir da década de 1930 processou-se uma intensificação de mudanças que transformam a economia do país, com o deslocamento da estrutura econômica baseada no setor agrário-exportador para a urbana industrial. A seguir, serão apresentados aspectos gerais deste fenômeno e as manifestações particulares deste em Florianópolis.

2.1 O processo de urbanização em Florianópolis

A urbanização consiste no aumento significativo da população das cidades, e a ocupação de um espaço denominado urbano, com a conseqüente redução da população rural. A urbanização ocorre simultaneamente com o processo de industrialização do país, na segunda metade do século XIX.

Segundo Carlos:

A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também sua cultura. Do mesmo modo que existem formas de entendimento da cidade, criação de imagens da cidade, também existem formas de ruptura. A cidade é também um campo privilegiado de lutas de classe e movimentos sociais de toda espécie, que questionam a normatização da cidade e da vida urbana. (1997, p. 26)

No Brasil, a partir de 1930, processaram-se intensas mudanças que transformaram a economia do país. A estrutura econômica baseada no setor agrário-exportador desloca-se para o contexto urbano-industrial.

As transformações que se sucedem à década de 1930 juntamente com a crise mundial, a conhecida crise de 1929, colocam em questionamento o modelo agrário exportador e permitem a intervenção do Estado no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

O período que vai de 1930 a 1964 é conhecido como populista¹ e desenvolvimentista². Segundo Vieira (1995) foi na era Vargas, no período compreendido entre 1930 e 1945 que as camadas mais humildes da população brasileira viram surgir a possibilidade de reclamar, perante o Estado, o cumprimento de seus direitos. A questão social ganha visibilidade, principalmente com as conquistas trabalhistas (instituição do salário mínimo e a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho) que marcam a época.

Segundo Pereira:

Do ponto de vista econômico, a principal característica do período a partir de 1930 foi à passagem da economia agroexportadora para a urbano-industrial, mas esta mudança econômica não foi acompanhada de igual impulso no campo social. A ausência de planificação central, mesmo que indicativa, continuou sendo a marca da proteção social brasileira até 1954. (2000, p. 129)

O resultado efetivo da industrialização foi a intensificação da urbanização, a concentração e centralização das atividades industriais nas cidades, reunindo a população nas áreas urbanas, gerando miséria, exclusão social e a precarização do trabalho, fragilizando a classe trabalhadora bem como sua organização coletiva e acentuando as decorrências da questão social³. Conforme Friedan:

O crescimento econômico não foi acompanhado pela melhoria da qualidade de vida, gerando distorções de toda ordem – como o descuido com o equilíbrio ecológico a insuficiência dos recursos direcionados à infraestrutura urbana e os efeitos perversos da segregação. A crise habitacional

¹ O termo **populismo** é utilizado para designar um conjunto de movimentos políticos que se propuseram colocar, no centro de toda ação política, o povo enquanto massa em oposição aos (ou ao lado dos) mecanismos de representação próprios da democracia representativa. Historicamente, no entanto, o termo **populismo** acabou por ser mais identificado com certos fenômenos políticos típicos da América Latina, principalmente a partir dos anos 1930, estando associado à industrialização, à urbanização e à dissolução das estruturas políticas oligárquicas, que concentravam firmemente o poder político na mão de aristocracias rurais. Daí a gênese do populismo, no Brasil, estar ligada à Revolução de 1930, que derrubou a República Velha oligárquica, colocando no poder Getúlio Vargas, que viria a ser a figura central da política brasileira até seu suicídio em 1954. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Populismo>. Acessado em: 18/05/10.

² Sobretudo a partir do governo de Juscelino Kubitschek.

³ Entendo a questão social conforme analisada por Iamamoto, para a qual esta é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

reservou sua face mais cruel para a população de média e baixa renda. (1991, p. 143)

Tais consequências atingiram de forma direta a classe subalternizada, principalmente no que diz respeito à falta de moradias e favelização, à carência de infra-estrutura urbana, ao crescimento da economia informal, a poluição e a violência urbana.

De acordo com Andrade:

O Brasil teve um crescimento considerável após o golpe militar, converteu-se em um país industrial moderno e urbanizou-se, através de uma política concentradora de renda. O modelo vigente foi modernizante do ponto de vista econômico, mas conservador do ponto de vista político, o que levou o estado, com a iminência da crise, a repensar as bases de sua legitimação e a modernizar sua estratégia de ação, principalmente no tocante às políticas sociais. (1993, p. 35)

Florianópolis localiza-se no litoral sul do Estado de Santa Catarina, é composta pelas regiões insular e continental. Foi ocupada primitivamente por povos indígenas tupi-guaranis, que praticavam a agricultura, mas tinham nas atividades de pesca e coleta de moluscos sua subsistência. A presença destes povos é confirmada através de sambaquis e sítios arqueológicos.

Segundo Caruso (1981, p. 11) os primeiros casais de imigrantes açorianos chegaram em janeiro de 1748, e nesta época tanto Santa Catarina quanto o sul do Brasil era um deserto vazio e despovoado. No litoral contava-se apenas com três vilas habitadas por aventureiros e náufragos com poucas dezenas de casas, sendo Laguna ao sul, Desterro na ilha de Santa Catarina e São Francisco do Sul ao norte. E o interior do atual estado, que se estendia para além dos campos de Lages era habitado exclusivamente por índios “Kaingangues” e “Xoklengs”.

De acordo com o autor acima citado, o mesmo não acontecia com as demais regiões da colônia brasileira, pois após a exploração no litoral, do pau-brasil, madeira de coloração vermelha utilizada para tingir tecidos, os portugueses inauguram na região nordeste uma agricultura até então desconhecida em todo o mundo: a lavoura tropical da cana-de-açúcar, iniciada já por volta de 1550.

As plantações de cana-de-açúcar vão gerar as primeiras riquezas, bem como a ocupação e o conhecimento do interior do país, marcando assim a posse de Portugal sobre o Brasil. A produção canavieira utilizou-se de mão-de-obra escrava e extensas áreas de terras,

além de exigir um complexo sistema de transporte marítimo até os mercados europeus, onde se destacaram os comerciantes holandeses.

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais e Mato Grosso no final do século XVII, o eixo da colonização desloca-se para o interior, o que vai facilitar a integração das diversas regiões da grande colônia de Portugal. O nordeste produz açúcar e gado bovino, o centro-oeste ouro e o sul, com São Vicente (São Paulo) e Desterro (Santa Catarina), se constituirão em bases de exploração e apoio à navegação. De São Vicente partirão, segundo Caruso (1981, p. 12) os bandeirantes paulistas em busca de ouro, esmeraldas e também escravos indígenas. E Desterro, atual Florianópolis, com poucos habitantes até então, apoiados por índios carijós, se responsabilizou por abastecer com água e alimentos os navios que navegavam rumo ao Rio da Prata, atual Argentina, e ao Estreito de Magalhães, ao extremo sul do continente americano.

Francisco Dias Velho aqui chegou em 1675, acompanhado por sua família iniciando assim, a urbanização ao redor da igreja construída e onde hoje se situa a Catedral Metropolitana. Em 1714, o povoado foi elevado à categoria de Freguesia (Distrito), com o nome de Nossa Senhora do Desterro. Em 1726, após seu desmembramento de Laguna foi elevada a categoria de Vila, e em 1739, à Capitania.

Quando Lisboa, em 1680 determina a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento em terras do atual Uruguai, esta Colônia era uma base comercial fortificada, localizada na margem esquerda do Rio da Prata e em terras que pelo Tratado de Tordesilhas pertenciam à Espanha. A intromissão portuguesa, de acordo com Caruso (1981, p. 19), provocou uma série de guerras e conflitos com tropas espanholas, obrigando Portugal a organizar uma retaguarda de apoio à suas forças na Ilha de Santa Catarina. Então, em 1738 envia o brigadeiro José da Silva Paes, que se tornará o primeiro governador na nova Capitania quando foram instaladas diversas repartições civis. Iniciaram-se as obras de construção da Casa do Governo, quando é obtida permissão para construção de uma igreja matriz.

Neste período ocorre também a fortificação da ilha, com a construção de um conjunto defensivo denominado Fortalezas, no interior e nas mediações da ilha, visando a defesa de seu território contra invasões espanholas, fato que resultou num importante passo para sua ocupação. Construíram-se as Fortalezas de Santa Cruz (Ilha de Anhatomirim – 1739), de São José da Ponta Grossa (1740), Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul (1740) e de Santo Antonio (Ilha de Ratoes Grande – 1740).

O povoamento aumenta com a chegada de aproximadamente seis mil imigrantes vindos das Ilhas do Açores e da Madeira, região de Portugal que sofria com abalos sísmicos terrestres ou submarinos, o que no período de 1748 a 1756 provocou a saída de parte de sua

população, vindos para o sul do Brasil. De acordo com Caruso (1981, p. 18), alguns historiadores apontam como motivos para a vinda dos imigrantes açorianos tanto a superpopulação nas ilhas de origem, quanto o sistema social vigente na época nos Açores, o feudalismo, um regime que negava terras aos trabalhadores, além de explorá-los violentamente. Daí se conclui que o imigrante partiu para Santa Catarina em busca de terras e liberdade.

Ainda de acordo com autor Caruso, os imigrantes que aqui chegaram fundaram freguesias como a da Santíssima Trindade, Lagoa da Conceição, de Santo Antonio de Lisboa, de São João do Rio Vermelho, de Canasvieiras e a do Ribeirão da Ilha.

Nesta época a economia da Capitania era basicamente de subsistência, por fatores como as dificuldades e limitações impostas pela função estratégica militar na organização sócio-econômica colonial, a posição periférica e o isolamento em relação aos pólos da economia agro-exportadora e ainda a pobreza do solo e dos imigrantes açorianos.

Os conflitos na bacia da Prata entre Portugal e Espanha são resolvidos, segundo Caruso (1981, p. 19) em 1777, quando então Lisboa devolve Colônia do Sacramento aos espanhóis, em troca da região dos Sete Povos das Missões, no oeste do atual território do Rio Grande do Sul. Nesta época a colonização açoriana no litoral de Santa Catarina já estava assentada definitivamente, transmitindo para o futuro uma linguagem e estilo de vida próprio e com sinais da cultura do distante arquipélago nas terras e mares aqui do sul do Brasil.

No século XIX Desterro é elevada à categoria de cidade, tornando-se capital da província de Santa Catarina em 1823. Inicia-se um período de prosperidade com o investimento de recursos federais. Ocorre a melhoria do porto e a construção de edifícios públicos dentre outras obras urbanas. Há uma modernização política e a organização de atividades culturais, inclusive com preparativos para a vinda do Imperador D. Pedro II, fato que ocorreu em 1845.

Com a proclamação da República em 1889, há resistências locais ao novo modelo de governo, o que provoca um distanciamento do governo central, com a conseqüente redução de investimentos. Devido à vitória das tropas comandadas pelo Marechal Floriano Peixoto na revolta de 1893, ocorre no ano seguinte à mudança de nome da cidade passando a chamar-se Florianópolis, em homenagem a este Marechal, mudança que provoca polêmica até os dias atuais.

Franklin Cascaes, em entrevista concedida à Caruso (1981, p. 20), referindo-se ao fato da mudança de nome da cidade, diz:

Nas minhas cartas, desenhos e documentos diversos, eu não assino Florianópolis, mas sim Nossa Senhora do Desterro. Isso porque é desde criança que a gente sente na carne aqueles fatos ruins⁴ que aconteceram na família. Nessa degola que foi feita aqui na terra por Floriano Peixoto entraram três parentes meus e minha vó falava muito, não gostava que ninguém tocasse naquele nome, até mesmo no de Hercílio Luz. (1981, p. 20)

Florianópolis desenvolve-se e, assim como o restante do Brasil, não escapa aos processos de reprodução da pobreza na cidade e seu confinamento a espaços inadequados. Com o discurso de modernizar e higienizar a cidade, a administração pública passou a remodelar o espaço urbano, sendo intensificado à medida que o solo urbano foi sendo valorizado. Na segunda metade do século XIX os segmentos mais pobres da população eram formados, segundo Cabral, por pessoas “quase sempre novas na cidade, soldados, suas famílias, suas companheiras e filhos” (1979, p. 201). Assim, começaram a proliferar formas de alojar essa população mais pobre na antiga Desterro: os cortiços.

Conforme Sugai:

Os cortiços localizavam-se tanto a leste como a oeste da Praça XV de Florianópolis, mas a oeste, situavam-se após as quatro primeiras quadras que saíam da Praça principal, ocupadas pelos casarios e sobrados. Os cortiços situavam-se, evidentemente, nos piores locais da cidade: os mais sujos, tortuosos, cheirando a limo, lixo e estrume perto do mar. (1994, p. 18)

Ainda de acordo com a mesma autora (1994, p. 20), até as últimas décadas do século XX, as praias eram local de despejo de lixo⁵. Porém esse desinteresse dos setores mais abastados pelas áreas do extremo oeste da península, em direção ao mar, durou somente até a década de 1920, quando é instalada na área a cabeceira da ponte Hercílio Luz, tornando o local privilegiado.

Ao adentrar o século XX, a cidade passa por profundas transformações, sendo a construção civil um dos principais suportes econômicos. Em 1926 é construída a Ponte Hercílio Luz fazendo a ligação da ilha à parte continental, proporcionando a urbanização do continente, permitindo o desenvolvimento imobiliário e posteriormente, o interesse pela anexação da parte continental à Florianópolis. Importante destacar que as classes populares

⁴ Franklin Cascaes refere-se à Revolução Federalista de 1893, que fuzilou dezenas de pessoas na antiga Desterro. (CARUSO, 1981, p. 20)

⁵ Até 1913, todo o dejetos e lixo doméstico coletado na cidade eram despejados nas águas. Porém no início de 1914, há a construção de um forno para queimar todo o lixo da cidade. Para saber mais sobre o desprestígio das praias na época ver CABRAL (1979, p. 175).

foram nessa época removidas e passaram a ocupar os morros da capital, também o espaço do continente, pois tais locais beneficiavam o afastamento dos pobres do centro da cidade.

O crescimento da camada mais pauperizada foi desencadeando o aparecimento de inúmeros cortiços, e o processo de separação espacial entre as classes sociais foi ficando cada vez mais visível em Florianópolis.

Mais adiante, no período pós-guerra, os aluguéis dos cortiços valorizaram, ficando inconciliável com o salário da população de baixa renda. Assim, as ações de despejo aumentaram significativamente, o que de certa forma resultou em novas soluções habitacionais: a constituição de favelas. E é esta uma forma de sobrevivência, pois diminuía os gastos com moradia e garante a localização próxima aos centros de emprego com diminuição dos gastos com transportes.

O espaço continental comportou muitas das pessoas que não tinham mais condições de pagar o aluguel e que foram despejadas, começando a formar então as favelas nos bairros da grande Florianópolis, principalmente no Estreito e Coqueiros. A ocupação se deu, sobretudo nos morros, pois as terras que contornavam o mar já estavam ocupadas pela população de classe média e alta da época, que veraneavam na orla sul do continente: Itaguaçu, Coqueiros e Bom Abrigo.

A população migrante que veio para Florianópolis nas décadas de 1950 até 1970 contribuiu para o desenvolvimento urbano e era composta por funcionários públicos, professores, estudantes vindos do interior do estado e outras regiões do país. Vieram também empresários, profissionais liberais, e também migrantes pobres em busca de melhores condições de vida, vindos das mais diversas regiões catarinenses. Esta população instalou-se de forma desorganizada, ocupando áreas públicas e privadas, de maneiras irregulares. Florianópolis recebeu também pessoas vindas dos municípios vizinhos como Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Rancho Queimado, Águas Mornas, Anitápolis e Antonio Carlos.

Grande parte da população migrante que se dirigia a capital em busca de trabalho acabava instalando-se na área continental de Florianópolis e municípios vizinhos, tendo em vista o alto custo das terras na ilha. Sem experiência na vida urbana e não possuindo qualificação profissional, a maioria dos migrantes acabou sendo mão-de-obra barata, não encontrando no espaço urbano a melhoria de vida que buscava, agravando assim, o quadro de frustrações que se repetem historicamente na vida dessas pessoas.

A partir da década de 1960, com a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a instalação das Centrais Elétricas S.A (ELETROSUL), a construção dos prédios das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A (CELESC) e da companhia telefônica

Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC) e, ainda, com o sistema de fornecimento de água e captação de esgotos com a Companhia Catarinense de Água e Esgoto (CASAN) ocorrem os marcos do processo de desenvolvimento urbano de Florianópolis. Em meados da década de 1960 foi aterrado, para satisfação dos anseios das elites, parte da orla norte onde foi construída a Avenida Beira Mar, garantindo acessibilidade e valorização da área.

A expansão do complexo governamental estadual repercute sobre a estrutura comercial e de serviços na cidade de Florianópolis. Além disso, o asfaltamento da BR-101 afeta a dinâmica do município intensificando o desenvolvimento no seu entorno. Ainda, com a instalação do centro administrativo do Estado, a cidade atraiu um contingente populacional significativo.

A especulação imobiliária a partir de 1970 alterou significativamente a configuração urbana da cidade com a expansão da parte continental, considerando que populações migrantes, principalmente as de baixa renda. Sem condições de fixar-se na ilha, fixam-se em zonas periféricas da cidade, tais como margens de canais, encostas, área de preservação permanente, vias públicas, dentre outras.

Conforme detalha o Centro de Estudos Cultura e Cidadania (CECCA):

(...) com a melhoria do sistema viário estadual e interestadual, que possibilitou o aumento do fluxo migratório e a fixação de parte dos novos moradores na área continental, principalmente em função dos custos dos terrenos e da possibilidade de ocupação extensiva, na qual deixaram de existir vazios urbanos, espaços naturais ou sequer praças e áreas de lazer. Dando a esta região da cidade a fisionomia de espaço suburbano de grande metrópole. (1997, p 110).

As construções e a ampliação de órgãos públicos não param de crescer. Assim, destaca-se na década de 1980, a criação do Campus da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), o Centro Integrado de Cultura (CIC), o Centro Integrado de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina (CIDASC), Secretaria da Saúde, Hospital Universitário da UFSC.

Como em todo o Brasil, a falta de políticas agrárias e agrícolas são um dos fatores que desencadearam o processo de migração da população do campo para as cidades e em Florianópolis esta realidade também está presente. A introdução de relações de produção capitalista nas áreas rurais, ou seja, a relação entre homens e destes com os meios de produção, tais como a terra e as máquinas, gera o desemprego devido à inserção de tecnologias especializadas, reduzindo a mão-de-obra e forçando migrações.

Todavia, entende-se que a política agrária e agrícola é urgente e indispensável para responder as necessidades relacionadas ao fator econômico e social, visando justa distribuição de terras e financiamentos para a produção e distribuição de produtos.

A partir de 1990 o turismo é difundido pela mídia, sob os interesses dos setores imobiliários e turístico da cidade, divulgando-se que Florianópolis é o lugar ideal para se viver, e as Organizações das Nações Unidas (ONU⁶) coloca-a como uma das melhores capitais do Brasil para se viver em termos de qualidade de vida.

Atualmente a economia de Florianópolis é alicerçada nas atividades do comércio, prestação de serviços públicos, indústria de transformação e turismo. Recentemente a indústria do vestuário e a informática vêm se tornando também setores significativos.

2.2 A comunidade da Vila Aparecida no município de Florianópolis

O surgimento da comunidade Vila Aparecida está associada ao processo de urbanização e crescimento de Florianópolis, assim como ao desenvolvimento de Santa Catarina e do Brasil. Pode-se considerar a falta de políticas públicas para o campo e a migração das pessoas para as cidades, como a origem de muitas comunidades carentes em Florianópolis, dentre elas a Vila Aparecida. Esta se localiza na parte continental, próxima ao bairro de Coqueiros, às margens da via expressa da BR-282, via de acesso a Ponte Pedro Ivo Campos, que une a parte continental à ilha. É conhecida também como Morro da Covanca e apresenta historicamente como moradores, pessoas das classes populares.

A ocupação da Vila Aparecida tem início no período compreendido entre as décadas de 1950 a 1960, momento no qual há um enorme crescimento da construção civil e ampliação nos setores públicos do município, provocando a esperança de empregos e ocasionando a migração da época. As construções das Pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos colaboraram para desenvolver a os bairros continentais como Estreito, Abraão e Coqueiros.

Considerando o grande número de pessoas que migraram para a área, o IBGE desmembrou a Vila Aparecida em quatro áreas já em 1980, para a melhor contagem da população: Vila Aparecida I (ocupada por volta de 1954), Vila Aparecida II (ocupada no final

⁶ O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – divulgado em setembro de 1998, no relatório oficial da ONU – coloca Florianópolis como a capital de Melhor qualidade de vida e como segundo município brasileiro, perdendo apenas para Feliz/RS. Três itens são avaliados: longevidade, educação e renda familiar.

de 1960), Morro do Aranha Céu (ocupado por volta de 1965), Nova Jerusalém (ocupada em 1980) e Maclarem (ocupada a partir dos anos 1990).

Com objetivo de aproximação da realidade da comunidade, Wagner (2004) realiza um estudo, que vem complementar as informações oficiais. Para tal estudo utilizou-se de visitas e coletas de depoimentos de moradores mais antigos da comunidade. Neste, conforme fala de uma das entrevistadas, a construção das Pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Salles motivou a vinda de moradores para a região:

[...] Os homens que fizeram a ponte foram muitos, vieram de São Paulo, Rio de Janeiro, e até da Bahia. A construtora fez uns barracos para eles morarem ali na Vila, depois que acabou a construção, muita gente acabou ficando por ali. (Dona Mello in WAGNER, 2004, p. 77)

Existem dois acessos para se chegar à Vila Aparecida: pelo bairro Coqueiros, através da Rua Pascoal Simone ou pelo bairro do Abraão, através da Rua Rosinha Campos, a qual também é conhecida como Rua da Fonte, onde antigamente havia um rio no qual podia se pescar, mas atualmente este não existe mais.

Conforme relata Senhora Cinda, em entrevista a Wagner (2004):

Naquele tempo, quando vim para cá (1960), era tudo mato, tinha muito verde, não tinha água nem esgoto. Somente tinha uma fonte que tinha uma água fresquinha e limpa, onde as mulheres lavavam as roupas, as pessoas tomavam banho e buscavam água para fazer comida. Mas depois desse monte de gente que começou a invadir o morro, esse rio virou esgoto – jogam tudo que é sujeira, ninguém cuida, cheira mal, coitado daquele que mora perto. Quando chove, o entulho é tanto que o rio chega a transbordar, chegando a ter inundações nas casas que estão em volta. Já a luz antigamente era de lampião, quando não se tinha, usava vela, já hoje, o pessoal quase todo mundo tem luz, porque puxa o rabicho do poste, para não pagar conta. (...) (Senhora Cinda in WAGNER, 2004, p. 78)

Ainda em seu estudo, Wagner (2004) constata a indignação de moradores mais antigos em relação aos novos, que se situam no topo do morro, chamada de “parte de cima”, pois muitos não cuidam do espaço da comunidade, não pagam pela terra em que moram e nem pela luz que usam. Revela também o descaso do poder público em relação ao saneamento básico e políticas públicas, o que interfere na qualidade de vida da população.

Outro fator que influencia o cotidiano dos moradores é a questão da violência, sendo espaço de crimes decorrentes do envolvimento com o tráfico de drogas, com número significativo de homicídios e outros crimes relacionados. Apesar dos problemas de segurança e infra-estrutura, é um espaço privilegiado devido sua excelente localização, situando-se próximo ao centro de Florianópolis, fato que de certa maneira gera especulações imobiliárias.

No centro da comunidade há um grande terreno baldio pertencente ao Grupo Cassol, importante espaço utilizado por crianças e também adultos para soltar pipas, jogar futebol, vôlei e outros tipos de brincadeira, sendo o único espaço para lazer na comunidade.

Dentre outros fatores que contribuíram para a o crescimento da comunidade, está o fato dos moradores casarem e terem seus filhos e netos. As famílias foram se ampliando e ocupando os terrenos nas proximidades para a construção de suas casas. As famílias começaram a chegar através da compra, invasão ou divisão de terras com familiares e parentes mais distantes, provenientes, principalmente do oeste catarinense e planalto serrano. Já outras famílias são provenientes do próprio centro de Florianópolis e cidades vizinhas.

Segundo estudo de Wagner (2004), os moradores da comunidade exercem as mais diferentes ocupações, tais como serventes, vigias, comerciantes, domésticas e faxineiras. Também trabalham como motoristas, pintores, carpinteiros, artesãos, marceneiros e carroceiro, que é aquele que possui um cavalo e carroça e coleta materiais recicláveis ou não. Porém, entre as ocupações mais significativas estão a de catador de papelão e de latas de alumínio e flanelinhas (cuidadores de carros). A grande maioria possui baixa escolaridade e não possui carteira assinada, o que gera alta rotatividade de emprego e desemprego.

Cabe ressaltar que as crianças são desde cedo importantes membros na composição da renda familiar, algumas circulam pelo centro da cidade para arrecadar comida e dinheiro, enquanto outros vendem jornais e balas nas sinaleiras, ou colaborando no trabalho informal dos pais. Os que não vão para as vias públicas, cuidam dos afazeres domésticos. O breve espaço que as crianças têm para lazer são os becos, córregos e valas, sendo ambientes não saudáveis.

As casas muitas vezes são improvisadas com materiais reaproveitados ou de madeira, mas sendo a solução momentânea de algumas famílias, considerando a baixa disponibilidade financeira para construções com mais qualidade. O espaço entre as casas, usados como ruelas, é o espaço de todos e limita a privacidade das pessoas. Segundo Yasbeck, “é na moradia que vivenciam a sociabilidade privada, carregada de valores e de projetos. Aí são produzidas experiências e são atribuídos significados à vida que transcorre no dia-a-dia dos subalternos” (2003, p. 167).

A partir do espaço privado é que vão se inserir em redes de sociabilidade, situando-os em processos sociais mais amplos, como por exemplo, o relacionamento com os vizinhos, a igreja, a associação do bairro e programas das instituições sociais e assistenciais das quais participam. Na comunidade estão expostos muitos dos problemas do país, como a fome, o analfabetismo, o descaso com a saúde, falta de moradias adequadas, o desemprego.

Segundo estudo de Costa (1995), a participação da população na luta por seus direitos na Vila Aparecida inicia com a chegada da Congregação Fraternidade Esperança no final da década de 1970, mais precisamente em 1979. A Congregação desenvolvia trabalhos de alfabetização dentre outros trabalhos sociais, dentro de uma linha de ação da Igreja Católica expressa na Teologia da Libertação, com uma proposta de transformação social. As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) seriam uma forma de ligação direta da Igreja com a população pauperizada.

De outro modo, no período de 1960 a 1964, Paulo Freire propõem um método educativo para a libertação da classe oprimida através da alfabetização consciente. Unem-se, então, essa proposta pedagógica à concepção de CEB, pois ambas trabalhariam pelos mesmos objetivos.

Com o apoio das Irmãs, a partir de 1980 a Vila Aparecida fundou a Associação de Moradores, obtendo conquistas como transporte coletivo, fato que levou ao calçamento da Rua da Fonte por onde passa o ônibus e o caminhão que faz a coleta de lixo, contribuindo para a urbanização das principais ruas.

O Posto de Saúde local foi construído pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em 1980, disponibilizando de uma equipe para atender a população local e possuindo também agentes comunitários, que são responsáveis por fazer visitas às casas dos doentes, montando diagnósticos do município sobre a situação de saúde em que as famílias se encontram, com a finalidade de viabilizar as consultas médicas domiciliares para doentes com dificuldade de locomoção.

As crianças da comunidade são atendidas pela Escola Básica Professora Rosinha Campos, esta com ensino fundamental ao médio e Escola Básica Presidente Roosevelt, somente com o ensino fundamental.

No que se refere à religião, existem várias igrejas: católica, espírita e pentecostais da Assembléia de Deus e Evangélica Quadrangular, esta última com grande estrutura montada no centro da comunidade. Alguns moradores possuem mais de uma religião, e estas podem ser consideradas como espaços importantes de mobilização e informação dentro da Vila

Aparecida, na medida em que têm grande número de frequentadores, especialmente crianças e mulheres.

Atualmente a única instituição que atende crianças da comunidade Vila Aparecida é Organização Não Governamental Centro de Valorização Humana, Moral e Social (CEVAHUMOS⁷), através do Projeto Família Saudável. Esta entidade, preocupada com o crescente número de crianças perambulando nas ruas da grande Florianópolis, decidiu em 1998 estender seus trabalhos aos moradores da Vila Aparecida. Situada à Rua Joaquim Fernandes de Oliveira, 78 no bairro Coqueiros, atende cerca de cento e vinte (120) crianças entre cinco (05) e quatorze (14) anos provenientes de famílias residentes nas proximidades, principalmente da comunidade Vila Aparecida, as quais vivem em condições mínimas e precárias de sobrevivência. Como requisito para inserção exige-se que a criança esteja regularmente matriculada numa instituição de ensino formal.

Há a falta de instituições que ofertem atividades sócioeducativas e de convivência e também falta de atividades condizentes com a idade dos adolescentes na comunidade da Vila Aparecida. Cabe, então, ao município o oferecimento desses serviços, garantindo assim os direitos das crianças e adolescentes.

Neste aspecto, a Portaria GM/MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005, que disciplina a integração entre o PBF e o PETI, determina que: “não serão penalizadas as famílias que não cumprirem atividades sócio-educativas ou de convivência previstas, quando não houver a oferta do respectivo serviço ou por força maior ou caso fortuito”.

O não oferecimento de ações sócioeducativas e de convivência já é uma forma de penalizar as famílias que estão inseridas no Programa, uma vez que através destas atividades as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social têm contato com a ampliação do próprio universo cultural, além do acesso aos bens, serviços e riquezas sociais.

A Portaria SEAS/MPAS nº 458/2001, ao estabelecer diretrizes e normas do PETI, determina que cabe à Secretaria Municipal de Assistência Social “executar de forma direta e indireta a Jornada Ampliada [atualmente denominada de ações sócio educativas e de convivência], monitorando e supervisionando suas atividades”. Sendo assim, se faz necessária uma articulação entre o PETI e a Secretaria de Assistência Social do município com o intuito

⁷ O Centro de Valorização Humana, Moral e Social (CEVAHUMOS) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e duração ilimitada. Foi instituído em 15/05/1991, para além de outras finalidades, manter serviços de recuperação de toxicômanos e alcoólatras, através de grupo de apoio e de internamento, com assistência integral, visando sua recuperação e posterior reintegração na sociedade. Também atua, junto à sociedade, na prevenção, orientação e conscientização contra o uso de drogas, álcool e outras, através de ação direta ou mantendo intercâmbio com entidades congêneres, a nível governamental e não-governamental. Dados retirados do Estatuto da ONG, 2010.

de implantar estas atividades nas devidas comunidades. Observamos que não existe nenhuma instituição que atenda, com ações sócioeducativas e de convivência, aos adolescentes da comunidade.

A sede da Associação de Moradores da Vila Aparecida foi uma das principais conquistas dos moradores. Neste local funcionava a creche, era o local de festividades (aniversários, casamentos), atividades sócioeducativas, cursos profissionalizantes, configurando-se como um importante espaço de lazer para a comunidade, porém atualmente está desativada. A nova diretoria vem trabalhando no sentido de regularizar uma grande dívida junto a Prefeitura Municipal para, então, retomar as atividades e buscar parcerias para novos projetos no local. Hoje no espaço da Associação de Moradores funciona apenas uma padaria comunitária, reformada recentemente com recursos provindos de parceria com a ELETROSUL, segundo informações prestadas pelo diretor da atual gestão da Associação de Moradores.

Constatamos através das visitas domiciliares e institucionais realizadas, a situação de vulnerabilidade e abandono por parte do poder público em que se encontram as famílias da comunidade, que buscam sobreviver em meio aos desafios do cotidiano. E uma das formas de atendimento às famílias residentes na localidade é o PETI, o qual será abordado no próximo item.

2.3 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Florianópolis

Desde as sociedades primitivas existe o trabalho precoce, no sentido de preparar as crianças e adolescentes para o futuro. Mesmo em serviços pesados, historicamente o trabalho não era considerado danoso ou prejudicial ao desenvolvimento destes.

No Brasil, apenas em 1927, com a criação do Código de Menores do juiz Mello Mattos o trabalho de crianças menores de doze (12) anos foi proibido. O Código de Menores também trouxe restrições quanto aos horários e locais em que os maiores de doze anos poderiam exercer atividades laborativas.

Na década de 1980, a sociedade brasileira começa a expressar uma preocupação com a situação da criança e do adolescente no país. A Constituição de 1988 em seu Art. 227, expressa que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à

alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Tal preocupação incorporou a Doutrina de Proteção Integral, estabelecendo conquistas significativas para todas as crianças e adolescentes.

Outro marco significativo foi a Lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 1990, representando o mais completo código relativo aos direitos da infância e adolescência no Brasil identificando-os como sujeitos de direitos e que, por serem pessoas em desenvolvimento, necessitam de cuidados e proteção especiais. De acordo com o artigo 2º do ECA, é considerada criança pessoa até doze anos incompletos e adolescente aqueles entre doze e dezoito anos completos. Proíbe qualquer trabalho a menores de dezesseis (16) anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Em 1991 o Programa Internacional para a Eliminação de Trabalho Infantil (IPEC), foi um dos instrumentos de cooperação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) contribuindo na articulação, mobilização e legitimação das iniciativas nacionais e internacionais de combate ao trabalho precoce. Em 1994 foi criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) com o apoio da OIT e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Segundo Custódio:

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil é constituído por uma Coordenação Colegiada e as demais entidades participantes da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. A Coordenação Colegiada é composta pela Central Única dos Trabalhadores, Confederação Nacional da Agricultura, Ministério do Trabalho e Emprego e Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e Ministério Público do Trabalho. (2002, p. 16)

Como resultado desse Fórum, o Governo Federal reconhecendo a realidade de trabalho das crianças e adolescentes, após inúmeras denúncias, mais especificamente nas carvoarias do Estado de Mato Grosso do Sul, nas sinaleiras da Bahia e ainda na zona carvoeira de Pernambuco, cria em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que se tornou a principal ferramenta para combate a exploração do trabalho precoce no país.

O PETI enquanto Programa do Governo Federal foi idealizado dentro de uma concepção de gestão intergovernamental, de caráter intersetorial. Sendo assim, se faz necessário que todas as instâncias trabalhem de forma pactuada e integrada, de acordo com as competências de cada esfera do governo, envolvendo também a participação da sociedade civil. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios participam atuando como gestores do Programa, no âmbito de sua competência, providenciando a estrutura necessária para sua execução, viabilizando recursos humanos e financeiros, indispensáveis ao êxito do Programa. É financiado com os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, com o co-financiamento de estados e municípios, podendo ainda contar com a participação financeira da iniciativa privada e da sociedade civil.

O financiamento originado pela União visa à concessão de uma bolsa chamada Bolsa Criança Cidadã, para manutenção das atividades sócioeducativas e de convivência e para a promoção de ações voltadas à geração de trabalho e renda para as famílias inseridas no programa.

Dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS⁸), o PETI está inserido no nível de Proteção Social Especial, entendida como a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho precoce entre outras.

Os Serviços de Proteção Social Especial requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas, o que exige muitas vezes uma gestão compartilhada com o Poder Judiciário e outros órgãos e ações do Poder Executivo.

Segundo informações da Delegacia Regional do Trabalho, considerando os casos de exploração de trabalho infantil existentes no Estado de Santa Catarina, o PETI foi implantado em novembro de 1999 nos municípios do norte como São João Batista e Canelinha, onde predomina a indústria calçadista e cerâmica, e mais ao sul em Içara, Morro da Fumaça, Treze de Maio e Sangão onde prevalece à agricultura e a agropecuária.

A implantação em Florianópolis se deu em abril de 2000 e a meta inicial do programa no município era de atingir duzentas e dez crianças/adolescentes em situação de trabalho precoce. No mesmo ano esta meta passou para quinhentas e vinte e cinco e,

⁸ O SUAS é um sistema descentralizado e participativo, que regula e organiza os elementos essenciais da Política Nacional de Assistência Social. Oferece concretude à PNAS de Assistência Social na perspectiva de construir os direitos de seus usuários e sua inserção na sociedade.

posteriormente, chegou a setecentas e dez crianças/adolescentes devido à grande demanda existente. Atualmente o PETI não possui metas quantitativas explícitas, mas deve atender todas as denúncias de trabalho precoce que venha a receber com o intuito de erradicar essa prática.

Em Florianópolis o programa está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude, integrando a Diretoria de Serviços Especiais de Média Complexidade e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), criada conforme Lei Complementar nº 348 de 27 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública municipal. Está localizado nas instalações da Cidade da Criança, no Bairro Agrônômica. O prédio onde está situado foi construído em 1999 e, portanto, o Programa passou a funcionar neste ambiente já no ano seguinte.

De acordo com as diretrizes e normas estabelecidas na Portaria 458/2001 o PETI possui como principais objetivos:

- Retirar crianças e adolescentes de 0 a 16 de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante;
- Possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola;
- Implantar Projetos de Ações Sócio-educativas e de Convivência no período complementar a escola com atividades esportivas, artísticas, culturais e de lazer;
- Conceder uma complementação mensal de renda – Bolsa Criança Cidadã, as famílias;
- Proporcionar apoio e orientação as famílias beneficiadas;
- Promover programas e projetos de qualificação profissional e de geração de emprego e renda junto às famílias.

A renda paga pelo PETI as famílias é de R\$ 40,00 por criança/adolescente na área urbana e R\$ 25,00 na área rural, sendo limitada a inserção de três crianças/adolescentes por família. Em contrapartida ao repasse do benefício, as famílias devem garantir a retirada de todos os filhos do trabalho, além de matriculá-los na escola e projetos de ações sócioeducativas e de convivência nos quais terão reforço escolar e participarão de atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer.

Segundo a Portaria nº 458/2001, as famílias necessitam cumprir as seguintes condicionalidades:

- Retirada de todos os filhos menores de 16 anos de atividades laborais e de exploração;

- Retirada de todos os filhos menores de 18 anos de situações de exploração sexual;
- Apoio a manutenção dos filhos na escola e nas atividades da Jornada Ampliada;
- Participação nas ações sócio-educativas e de convivência;
- Participação nos programas e projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda.

As atividades esportivas, artísticas, de lazer, culturais, lúdicas, além de reforço escolar e auxílio às tarefas, devem ser frequentadas no contra turno da escola, sendo oferecidas por Organizações Governamentais e por Organizações Não Governamentais (ONGs) que possuem parceria com o programa, sendo vedadas atividades profissionalizantes com crianças e adolescentes inseridos no programa.

Assim, baseada na Portaria 458/2001, as atividades sócioeducativas e de convivência possibilitam “o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes, com vista à melhoria do desenvolvimento escolar, e inserção no circuito de bens, serviços e riquezas sociais”.

A inclusão das crianças e adolescentes no Programa ocorre por meio de encaminhamentos oriundos do Conselho Tutelar, Programa Abordagem de Rua, Programa Sentinela, Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar e outras instituições, como por exemplo, escolas e organizações da sociedade civil. Qualquer cidadão que se depare com uma criança ou adolescente em situação de trabalho pode acionar os órgãos citados acima ou ainda através do disque denúncia⁹ para que seja verificada tal situação e encaminhada ao PETI.

Consta na Portaria nº 458/2001 que o prazo máximo de permanência no programa é de quatro anos, sendo contabilizado a partir do momento da inserção da família. A suspensão definitiva da bolsa ocorre quando o adolescente completa a idade limite no programa que é de dezesseis anos, por descumprimento de condicionalidades estabelecidas ou quando ocorre a mudança de município.

No ano de 2004 o Governo Federal criou o Programa Bolsa Família (PBF), unificando três programas de transferência de renda: o Programa Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o Bolsa Escola. O PBF tem como objetivo promover o alívio imediato da pobreza através da transferência direta de renda as famílias. A renda paga pelo PBF varia de

⁹ SOS Criança – Serviço Sentinela: Serviço Público gratuito do município de Florianópolis, específico na captação de denúncias (via telefone – 0800 643 1407 ou presencial – Rua Rui Barbosa, 677 – Bairro Agrônômica), orientações e informações de violação de direitos contra crianças e adolescentes, funcionando 24

R\$ 18,00 a R\$ 112,00, dependendo do número de crianças e da renda per capita da família que não deve ultrapassar o valor de R\$ 120,00.

Em dezembro de 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), através da Portaria nº 666 promoveu a integração do PBF e PETI. Com este procedimento visou aumentar o alcance dos programas sociais do Governo Federal, ampliando a cobertura de atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil do PETI. Criou também o Sistema de Controle e de Acompanhamento da Frequência no Serviço Sócioeducativo do PETI (SISPETI). De acordo com a Instrução Operacional SNAS/MDS nº 01, de 19 de setembro de 2007, que estabelece como procedimento e orientações para a utilização do SISPETI, esse sistema tem como objetivo “controlar e acompanhar a frequência mensal mínima de 85%, exigida como condicionalidade para permanência no PETI, e o desenvolvimento do Serviço Sócioeducativo destinado ao atendimento de crianças e adolescentes oriundas de situação de trabalho”. Ainda, segundo a Instrução Operacional, o SISPETI também tem a finalidade de disponibilizar diagnóstico sobre a oferta e a qualidade de serviços sócio educativos do município.

Para evitar a duplicidade de benefícios, o MDS determinou que todas as famílias do PETI fossem incluídas na lista do Cadastro Único (Cadún), este criado em 2001. É um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar as famílias em situação de pobreza em todos os municípios brasileiros. Os dados a serem preenchidos referem-se às informações, identificação e caracterização do domicílio, da documentação civil de cada membro da família, escolaridade e participação no mercado de trabalho e rendimento. Nesse Cadastro há um campo específico para identificação de obtenção de algum outro tipo benefício social pela família, como por exemplo, o PETI ou o BPC. Estas informações são repassadas à Caixa Econômica Federal (CEF), que é a responsável pelo repasse do benefício através do Cartão Cidadão ou Cartão Programa Bolsa Família.

O surgimento de formas de se combater a exploração das atividades laborativas de crianças e adolescentes são reflexos da ação do Estado e da mobilização da sociedade, no sentido de erradicar os casos de trabalho precoce considerado insalubre, penoso, perigoso, insalubre e degradante. Porém, considerando as condicionalidades impostas pelos programas sociais, podemos perceber a responsabilização da família pelo cuidado de seus filhos e demais familiares.

Sobre a situação de crianças e adolescentes, conforme Yasbek:

Empurradas precocemente pela pobreza crescente em direção ao mercado de trabalho, quando não para a vida na rua, crianças e adolescentes paradoxalmente não melhoram muito os baixos níveis de vida de suas famílias. Sem possibilidade de escolarização e profissionalização, ocupam posições ocupacionais desqualificadas e com baixos salários, situação que muitas obedientemente, tendem a reproduzir na vida adulta. Outras acabam por se inserir no mundo da delinquência. A maior parte das crianças pobres são coagidas a luta por si e por suas famílias e, assim sendo, tem alterado o curso de sua socialização e o caráter lúdico de sua identidade infantil. (2003, p. 14-15)

Esta dura realidade se faz presente na maioria das famílias inseridas no PETI, cujo atendimento realizado pelo Serviço Social será abordado de forma mais detalhada no subitem a seguir.

2.4 Caracterização do Serviço Social no PETI

Atualmente em Florianópolis o PETI é coordenado por um profissional com formação em pedagogia, compondo uma equipe técnica de três assistentes sociais, quatro estagiárias de serviço social, um estagiário de administração e uma estagiária de pedagogia.

As crianças e adolescentes atendidos são provenientes de vários bairros e comunidades de Florianópolis, mas a grande maioria é das regiões mais vulneráveis como: comunidades do Maciço do Morro da Cruz, Monte Cristo, Vila Aparecida, Vila União, Tapera dentre outros.

As famílias atendidas pelo Programa foram divididas em quatro regiões, a continental – Vila Aparecida, Capoeiras, Estreito e Monte Cristo; região central – Centro, Agrônômica e Trindade; região norte – Rio Vermelho, Vargem Grande, Ingleses, Canasvieiras, Saco Grande, Vila União e Itacorubi e região sul – Armação do Pântano do Sul, Areias do Campeche, Caeira do Saco dos Limões, Costeira do Pirajubaé, Morro das Pedras, Rio Tavares, Tapera, Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão.

Cada Assistente Social, juntamente com a estagiária de Serviço Social sob sua supervisão, ficou responsável por determinados bairros de uma região, tendo a autora sob supervisão da Assistente Social Kátia Carvalho Figueiredo, ficando responsável pelo atendimento às famílias dos bairros da Vila Aparecida e Capoeiras, na parte continental de Florianópolis.

Tal divisão proporciona um vínculo maior entre as profissionais e a família, criando, assim, um atendimento mais individualizado e adequado junto às crianças e adolescentes. Apesar de cada estagiária ter algumas regiões sob sua responsabilidade, estão preparadas para atender e prestar as devidas informações e esclarecimentos à todas as famílias, de acordo com suas necessidades, independente da região em que residem. Para isso, todos os contatos e informações são relatados nos cadastros das famílias, o que facilita o trabalho, pois desta forma tem-se o histórico da família desde sua inclusão no Programa.

As atividades do Serviço Social no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil realizadas pelas Assistentes Sociais e estagiárias, conforme documento interno elaborado pelas profissionais, consiste em:

- Entrevistas para inclusão das famílias no programa;
- Realização de visitas domiciliares e institucionais;
- Orientação e encaminhamentos aos demais programas e projetos de atendimento disponíveis no município;
- Acompanhamento da frequência escolar e das ações sócio-educativas e de convivência;
- Encaminhamentos necessários para o atendimento de demandas sociais apresentadas pelas famílias;
- Preenchimento de Cadastro Familiar interno do PETI;
- Reuniões de equipe técnica do programa;
- Elaboração de relatórios e relatos de atendimento;
- Acompanhamento familiar quando se faz necessário;
- Preparação dos adolescentes para desligamento do PETI e encaminhamento destes para outros programas;
- Realização de reuniões com famílias atendidas junto à equipe do Programa;
- Levantamento de dados estatísticos;
- Supervisão e orientação de estágios.

No desenvolvimento de tais atividades o Serviço Social utiliza como instrumentos técnicos: contatos telefônicos com as famílias e com a rede de atendimento do município, visitas domiciliares e institucionais, entrevistas para inserção das famílias no programa, elaboração de relatos, relatórios e encaminhamentos necessários.

Mensalmente são confeccionados quadros estatísticos com o somatório de todas as atividades desenvolvidas no programa, tanto as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social quanto às realizadas pela equipe administrativa e pela coordenação. As reuniões técnicas ocorrem quando necessário e são agendadas previamente para que todos os membros do Programa tenham a possibilidade de participar.

O PETI realiza um breve acompanhamento familiar quando necessário, por tratar-se de um programa de transferência de renda. Este acompanhamento é realizado pelas assistentes sociais e pelas estagiárias e tem como foco o atendimento à família, visando garantir sua proteção e inclusão social e promovendo assim, uma melhoria na qualidade de vida.

No atendimento e acompanhamento das famílias, o profissional de Serviço Social se relaciona com as mesmas e é por meio deste relacionamento do assistente social com a população que se coloca a possibilidade de transformar a compreensão e vivência da realidade. Segundo Yamamoto, na contemporaneidade, exige-se um profissional:

Qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica, não só executiva, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho momento de profundas alterações na vida em sociedade. (1997, p. 31)

As crianças e adolescentes atendidos pelo Programa realizavam atividades de trabalho precoce das mais variadas formas: mendicância, coleta de materiais recicláveis, vendedores ambulantes, engraxates, entre outros. Em alguns casos também ocorre o envolvimento com o tráfico de drogas.

Os atendimentos realizados pelas estagiárias e assistentes sociais são embasados, entre outros, pelo Código de Ética da profissão, Lei nº 273 de 13 de março de 1993. Objetiva-se uma prática profissional em conformidade com o projeto ético político da profissão.

Destaca-se que as ações desenvolvidas no âmbito do PETI devem ter como foco de atenção a família. Estas devem ser atendidas por meio de ações sócioeducativas e de geração de trabalho e renda, visando garantia de proteção e inclusão social, conforme proposto na Portaria 458/2001. Todavia não é realizado rotineiramente pelo Programa, assim não há acompanhamento sistemático das famílias.

No município de Florianópolis não há programa de geração de emprego e renda direcionados as famílias do PETI, as ações não são executadas por falta de estrutura e de recursos. Existem apenas cursos de qualificação profissional oferecidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), mas que não atendem a demanda existente.

A superação de questões como o trabalho precoce, motivo de inserção das famílias no PETI, somente será possível com a oferta de programas de geração de trabalho e renda, criando oportunidades para superarem a condição de vulnerabilidade e risco. Podemos constatar que o Programa não erradica o trabalho precoce, apenas minimiza a situação, pois a

erradicação abrange e necessita de uma série de amplas intervenções com parceria e contribuição da rede de atendimento, atualmente praticamente impossível com a estrutura dos programas sociais em vigência.

Assim, entendemos que as políticas sociais caracterizam-se como residuais, focalistas e seletivas, não atendendo a demanda dos que dela necessitam, assim a transferência de renda, como no caso do PETI, deve ser considerada como um meio e não como um fim.

As ações dos profissionais no Programa estão mais direcionadas ao desenvolvimento de atividades burocráticas e rotineiras, voltadas a resolver problemas de benefício e ao controle da frequência escolar e em ações sócioeducativas e de convivência. O PETI, assim como outros programas de transferência de renda, tem sido utilizado como tentativa de amenizar danos decorrentes de modelos econômicos concentradores de renda que tendem a aprofundar as desigualdades sociais.

Também como outros programas que transferem algum tipo de renda, o PETI exige o cumprimento de critérios, impossibilitando o acesso universal, que consiste em um dos eixos do projeto ético-político da profissão de Serviço Social. Percebe-se assim a existência de objetivos institucionais e profissionais que se contrapõem. Em determinadas circunstâncias, os objetivos se identificam, porém na maioria dos casos há um distanciamento entre eles.

Durante o período de realização do estágio no PETI de julho de 2009 e estendendo-se até julho de 2010, e a partir da constatação da não existência de entidades que ofertassem ações sócioeducativas e de convivência para crianças e adolescentes na comunidade da Vila Aparecida, surgiu o interesse em identificar e analisar como a comunidade se mobiliza para garantir seus direitos.

A seguir apresentaremos um breve perfil das famílias residentes na comunidade da Vila Aparecida e que são atendidas pelo Programa.

2.5 Perfil das crianças e adolescentes da Vila Aparecida inseridos no PETI

Este perfil constitui-se em um esforço de aproximação da realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes da comunidade Vila Aparecida inseridas no PETI. Em maio de 2010, período em que foi coletado os dados para laboração deste trabalho, verificou-se duzentas e setenta e oito (278) famílias, havendo grande oscilação entre o número de inclusões, bloqueio de benefício e exclusões. Estas ocorrem por diversos motivos devido aos critérios para

permanência no Programa. Do total de famílias inseridas, vinte e sete (27) residem na comunidade da Vila Aparecida, o que representa 10% dos atendimentos do PETI, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir:

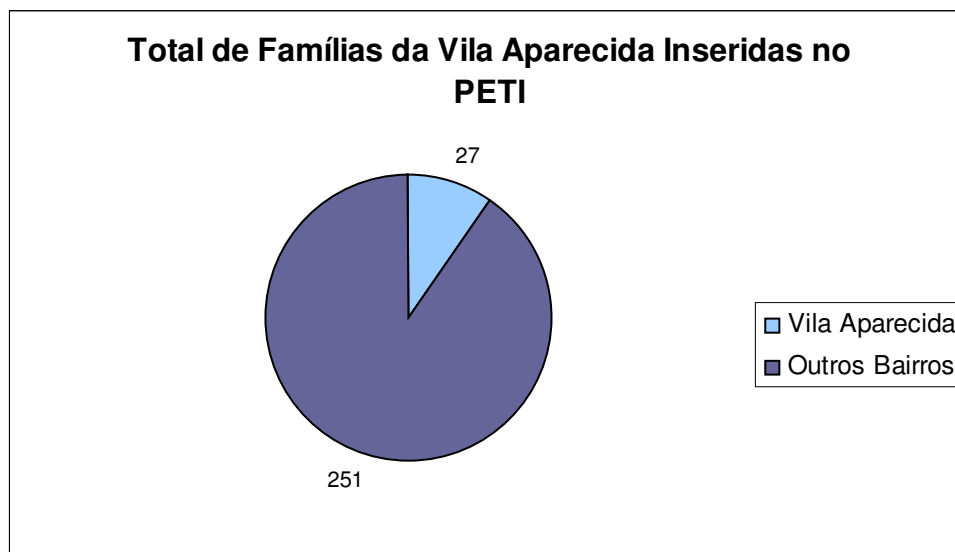


Gráfico 1: Total de Famílias Inseridas no PETI

Fonte: Planilha Geral do PETI

Do total das vinte e sete famílias, após o fechamento das estatísticas do mês de maio do ano corrente, verificamos que uma família está com o desligamento encaminhado, e será efetivado nos próximos meses, pelo fato da única adolescente inserida ter completado a idade limite para permanência no Programa, que é de dezesseis anos.

Verificamos o bloqueio do benefício de três famílias por descumprimento de condicionalidade, dentre os motivos estão mudança de município e alteração na composição familiar.

Ainda, uma família está sendo reinclusa, pois havia sido excluída sem a solicitação do Programa, fato este bastante comum e que gera grandes transtornos, tanto para as famílias, pois não recebem o valor retroativo, quanto para os profissionais devido a grande burocracia existente para a reinclusão.

Percebe-se que a comunidade é constituída historicamente por moradores de classes populares. Assim a satisfação das necessidades básicas é dificultada pela situação econômica em que se encontram. Podemos constatar que há uma procura maior pelos serviços públicos gratuitos, provenientes do Estado e efetivados por meio de políticas sociais, como educação, saúde e assistência social. As famílias recorrem ainda à rede de solidariedade, composta por

parentes, vizinhos, igrejas e organizações filantrópicas. Para muitas famílias inseridas no PETI, o recebimento da Bolsa Cidadã constitui-se na única fonte de renda para provimento das necessidades. Por este motivo só é realizado o desligamento da família quando todas as possibilidades de permanência estão esgotadas.

No gráfico a seguir, podemos visualizar as ocupações que motivaram as inclusões de crianças e adolescentes no Programa:

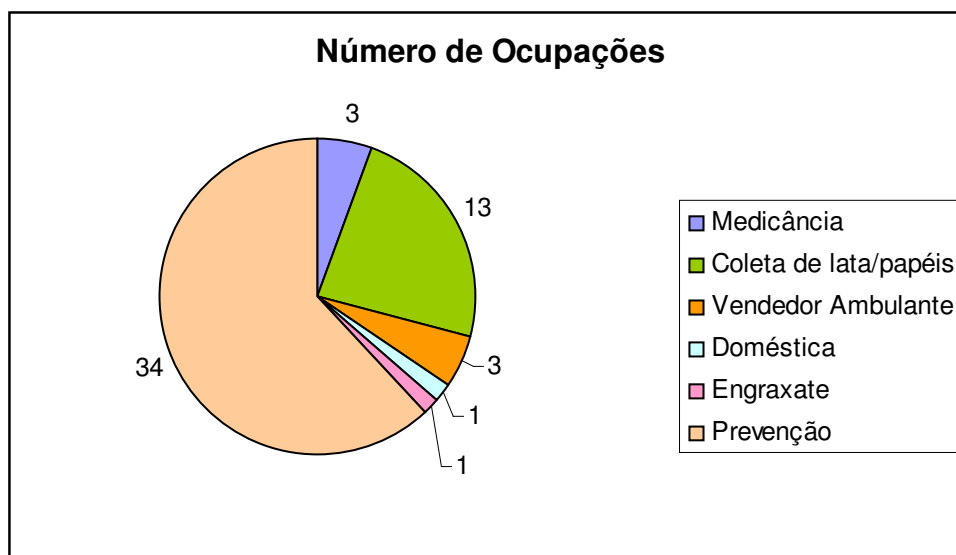


Gráfico 2: Número de Ocupações

Fonte: Planilha Geral do PETI

Podemos constatar que a coleta de materiais recicláveis apresenta-se como a atividade de maior incidência de trabalho precoce de crianças e adolescentes, sendo que das inclusões realizadas pelo Programa, treze (13) foram por este motivo. A prática desta atividade evidencia o fato de que há na comunidade número expressivo de famílias que têm a coleta de materiais recicláveis como fonte de renda ou a utilizam como um meio de complementação da mesma.

Constam ainda trinta e quatro (34) inclusões motivadas por prevenção. Considerando que o Programa inclui até três crianças/adolescentes por família, sempre que há inserção motivada pela situação de trabalho precoce de um membro, os demais são incluídos automaticamente para prevenir que a ocorrência se reproduza.

Embora não estejam mencionados atualmente na planilha geral do PETI como agentes causadores de inclusões, as ocupações como babá, auxiliar de pedreiro/servente,

auxiliar de serviços gerais, flanelinha, comércio de drogas, distribuição de jornais, jardineiro e exploração sexual também são consideradas.

Corroborando Custódio e Veronese, pode-se afirmar que:

O exercício do trabalho infantil compromete profundamente desenvolvimento físico, psíquico e biológico das crianças e adolescentes, etapa que deveria ser tratada com especial atenção, uma vez que determina uma série de arranjos que futuramente serão necessários para o pleno exercício das potencialidades humanas na fase adulta. A criança, o adolescente, não dispõe de condições próprias para avaliarem os efeitos e impactos de seu ingresso precoce no mercado de trabalho, sobretudo por desconhecerem as reais necessidades e condições relevantes para o seu desenvolvimento integral. (2007, p. 112)

A sequência do trabalho infanto-juvenil entre pais e filhos contribui para a reprodução da pobreza, na medida em que deixa as famílias em situação de vulnerabilidade e provoca o aumento da informalidade e da precarização das relações de trabalho. Por este motivo pode-se assegurar que o trabalho de crianças e adolescentes não é capaz de romper o ciclo das desigualdades, pelo contrário, colabora para a sua perpetuação.

No gráfico abaixo podemos analisar o número de crianças e de adolescentes inseridos no Programa e residentes na comunidade da Vila Aparecida:

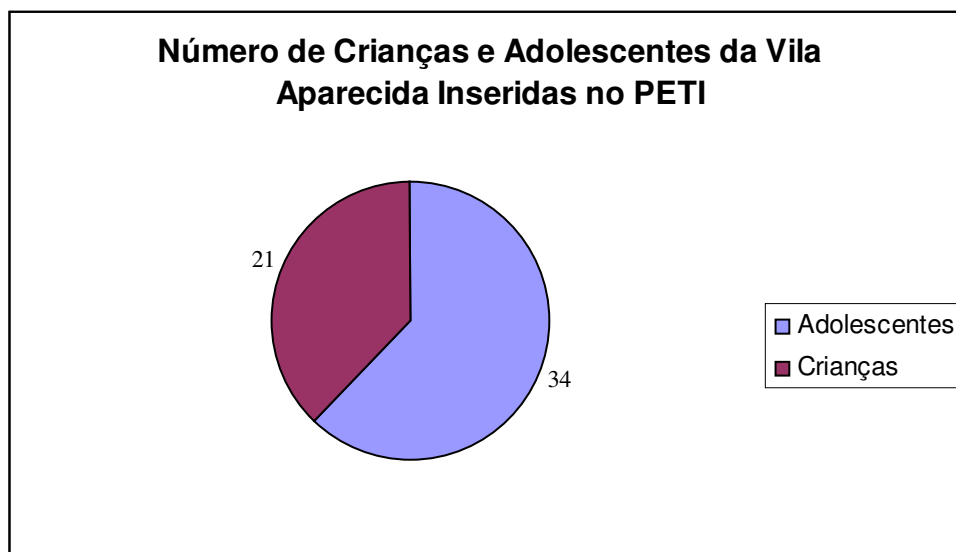


Gráfico 3: Número de Crianças e Adolescentes da Vila Aparecida Inseridas no PETI

Fonte: Planilha Geral do PETI

Atualmente estão inseridos no Programa trinta e quatro (34) adolescentes, sendo este um número consideravelmente maior que o de crianças, que foi de vinte e uma (21). Fica evidenciada a necessidade de instituições desenvolverem atividades voltadas e condizentes com a idade dos mesmos.

No gráfico 4 podemos visualizar as escolas que atendem as crianças e adolescentes da comunidade:

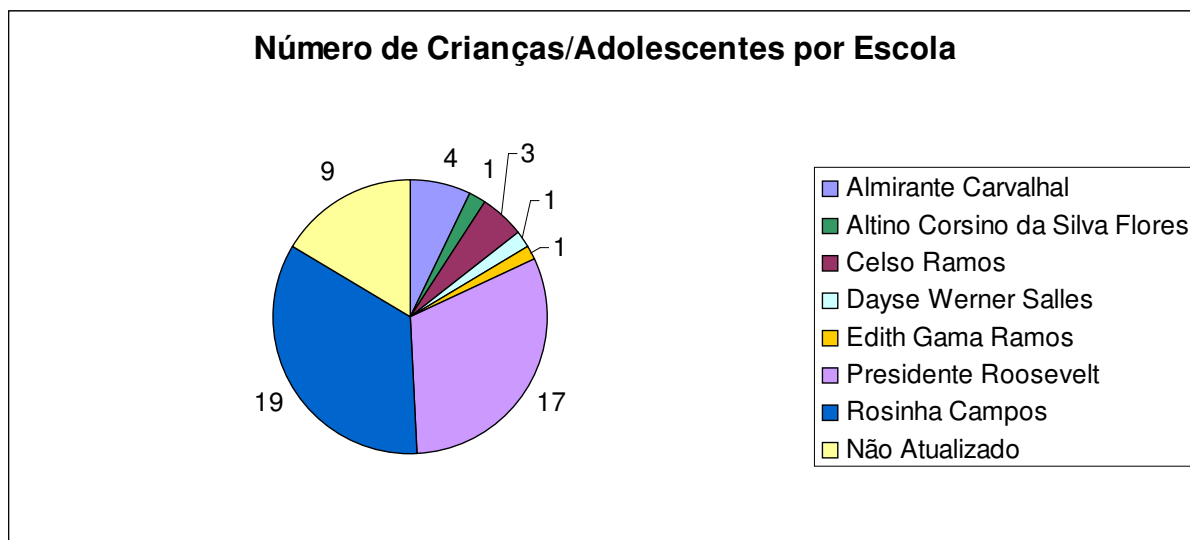


Gráfico 4: Número de Criança/Adolescente por Escola

Fonte: Planilha Geral do PETI

Podemos concluir que do total de cinquenta e cinco (55) crianças e adolescentes inseridos no Programa, a maioria frequenta as escolas da comunidade, sendo que de apenas nove (09) não constam dados atualizados sobre a situação escolar, fato deve ser verificado pelo Serviço Social do Programa, garantindo assim, o direito à educação.

Localizadas na Vila Aparecida estão as Escolas Básica Rosinha Campos, com dezenove (19) crianças e/ou adolescentes, e a Escola Municipal Presidente Roosevelt, onde constatamos dezessete (17) frequências. As demais escolas citadas situam-se nas proximidades, porém muitos pais preferem que os filhos frequentem aulas fora da comunidade, justificando a violência como motivo para tal decisão.

Em seguida podemos analisar as instituições que oferecem ações sócioeducativa e de convivência para a comunidade:

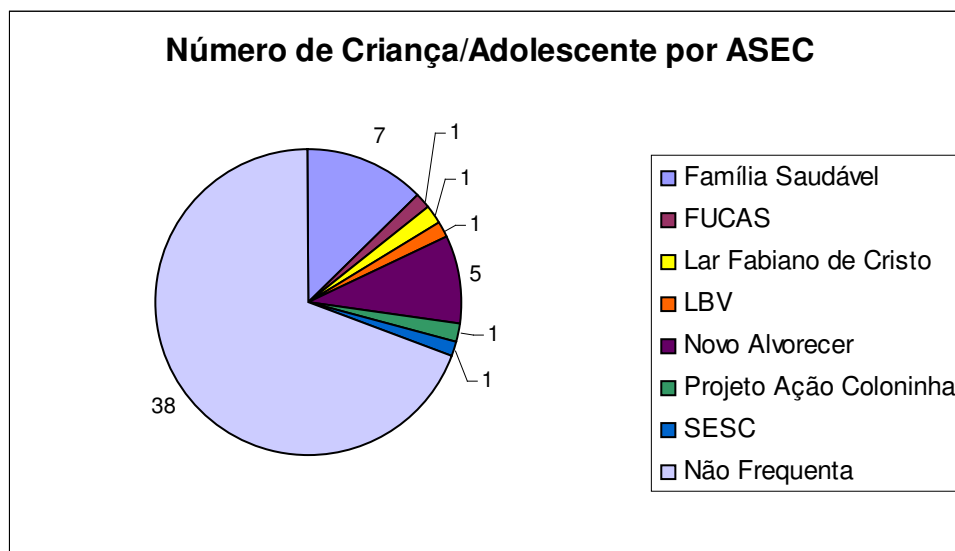


Gráfico 5: Número Criança/Adolescente por ASEC

Fonte: Planilha Geral do PETI

Dentre as instituições mencionadas que prestam atendimento a crianças e adolescentes procedentes da Vila Aparecida, constatamos que Fundação Casan (FUCAS), Serviço Social do Comércio (SESC), Projeto Ação Coloninha, Legião da Boa Vontade (LBV), Lar Fabiano de Cristo e Projeto Família Saudável (CEVAHUMOS), estão localizadas fora da comunidade. O Projeto Família Saudável é que atende em maior número a comunidade. Segundo o próprio estatuto da instituição, 80% dos atendimentos são oriundos da Vila Aparecida. Porém, verificou-se que deste total, apenas sete (07) crianças e/ou adolescentes estão inseridos no PETI.

A Creche denominada Novo Alvorecer reabriu suas portas recentemente, conforme verificado em visita institucional realizada e ainda está buscando se estruturar física e materialmente. Atende um número reduzido de crianças e exclusivamente no período vespertino, dentre elas cinco (05) inseridas no PETI.

O dado que mais merece atenção é o elevado número de crianças e adolescentes que não informam atividade socioeducativa, sendo trinta e oito (38) no total, pelo fato constatado de que não frequentam nenhuma instituição. Como uma das condições de permanência no Programa é justamente a frequência em ASEC, solicita-se que as famílias busquem atividades para os filhos. Porém, como os recursos do Programa são insuficientes para fornecer vale transporte para todas as crianças e adolescentes inseridos, no SISPETI são justificados os motivos da não frequência.

Com esses dados encerramos um breve perfil dos atendimentos do PETI na comunidade Vila Aparecida, dados estes que deram embasamento ao tema central deste Trabalho, o qual abordaremos a seguir: movimentos e mobilizações sociais.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

O objeto de trabalho do Serviço Social, com base em Iamamoto (1997), está nas múltiplas expressões e particularidades da questão social. Assim, pesquisar e conhecer a realidade é próprio da profissão, bem como o conhecimento da realidade é condição para o exercício profissional.

Uma prática profissional emancipatória que privilegie a dimensão do coletivo requer contribuir para a mobilização, capacitação e fortalecimento da participação de segmentos das classes subalternas na construção de alternativas de luta, diante de seus interesses e necessidades de subsistência e sua constituição de classe para si.

Para podermos compreender a realidade em seu cotidiano e nela capturar possibilidades de ação é necessário nos apropriarmos de um referencial teórico metodológico que nos permita efetuar uma análise crítica da realidade.

Daí a pertinência de tratarmos conceitos como mobilização social e participação, por compreendermos que estes são constitutivos dos elementos teórico-metodológicos que orientam a análise de ações profissionais de dimensão coletiva.

3.1 Breves considerações históricas sobre mobilização social no Brasil

Desde os tempos de Brasil Colônia, a sociedade brasileira é marcada por lutas e movimentos sociais contra a dominação, a exploração econômica e a exclusão social. A maioria das lutas e movimentos no Brasil Colônia foi realizada por negros escravos, indivíduos pobres e livres.

No início do século XX, a questão social mudou sua configuração com o advento da República e com a substituição da mão de obra escrava pela assalariada, composta basicamente por imigrantes. As classes dominantes eram as elites agrárias. Com a industrialização e a formação de um proletariado urbano, surgem as organizações de luta e resistência dos trabalhadores expressas em ligas, uniões, associações e sindicatos.

Segundo Gohn (2000) muitas foram as revoltas, as lutas e os movimentos da população urbana e também de militares, bem como movimentos messiânicos e de cangaceiros, estes no sertão nordestino do país, até chegar ao período compreendido entre

1945 e 1964, que entrou para a história como a fase do regime político populista, sendo fértil em termos de lutas e movimentos sociais.

Ainda, de acordo com a autora, a conjuntura de redemocratização do país, aliada a um cenário internacional de desenvolvimento da sociedade de consumo e a política de Guerra Fria entre as então potências mundiais (Estados Unidos da América e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS) criaram espaços favoráveis aos projetos nacionalistas de desenvolvimento nacional. O Estado cria condições para a instalação de indústrias multinacionais no país. Daí decorrem várias greves entre 1961 e 1964. Vale mencionar que setores da área da educação e da cultura aliaram-se aos grupos que lutavam por um projeto de desenvolvimento nacional autônomo e produziram vários eventos, publicações e movimentos como os Círculos Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) (GOHN 2000).

No que se refere ao sindicalismo industrial, este viveu grandes conflitos internos (entre sindicatos oficiais e o sindicalismo paralelo) e externos (gerados no embate entre proprietários das empresas e com o Ministério do Trabalho).

O golpe militar de 1964 pôs fim a um ciclo de mobilização e organização popular. No meio industrial ficaram famosas as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP). Os estudantes influenciados pela conjuntura nacional e internacional entraram para a história como novos atores em cena, naquele período. O Estado redefiniu suas leis e criou novos aparelhos burocráticos de controle como o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, cassando e punindo pessoas e estabelecendo severas restrições aos direitos sociopolíticos dos cidadãos e violação dos direitos humanos.

Com um regime autoritário no poder, a esquerda parte para a luta armada e teve seus principais líderes mortos nos embates das “guerrilhas”. As camadas médias da população brasileira se expandem e se beneficiam com algumas ofertas do regime, tais como expansão do ensino superior (pago), acesso ao consumo de bens industrializados, principalmente a linha branca doméstica, os televisores e os carros. Na área social, criou-se o Banco Nacional de Habitação (BNH), o que possibilitou o acesso a casa própria destas camadas médias. Estas tiveram ainda acesso aos novos empregos gerados pelas multinacionais que aqui se instalaram e aos cargos na burocracia governamental. A nível estatal, o período foi marcado por uma fase da tecnocracia e do planejamento centralizado. A classe operária sofreu grande dificuldade salarial.

Já nos anos de 1950 e 1960 as contestações populares assumem um caráter mais politizado, com relativa crítica e autonomia em relação ao Estado, exercendo pressão política

para transformação na estrutura social, como as Ligas Camponesas e os movimentos comunitários.

A partir de 1974, a crise internacional do petróleo e a crise econômica mundial repercutiram de imediato no Brasil e o chamado “milagre brasileiro” entra em crise. A falta de flexibilidade do sistema político autoritário criado em 1964 e, sobretudo, o fim do crescimento econômico, abalaram a base de legitimação do governo militar. A resistência ao regime começa a se articular. Os movimentos sociais emergem das cinzas. Nas cidades, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) impulsionadas pela Teologia da Libertação¹⁰, organizaram milhares de pessoas e deram origem a movimentos populares como Custo de Vida (depois Carestia), movimentos pelos transportes, de favelados por direito real ao uso da terra onde estavam, pela saúde nos centros e postos comunitários, por vagas nas escolas dentre outros. Grande parte destes movimentos serviu de base de apoio as greves que se espalharam pelo país entre 1978-1979, principalmente no ABCD paulista. (GOHN, 2000)

Os setores da educação também se mobilizaram e surgiram várias associações e uniões de trabalhadores do ensino. O ciclo de greves dos trabalhadores declina após a reforma que pôs fim ao bi-partidarismo no país e com a retomada do processo eleitoral em âmbito estadual. Os trabalhadores recriam suas centrais sindicais a partir da Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOs). Surgem no início dos anos 1980 a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). (GOHN, 2000)

Com as ditaduras militares da segunda metade do século XX, surgiram dois tipos de manifestações de resistência: de um lado as organizações clandestinas (guerrilhas e partidos de viés comunista ou socialista) e de outro as manifestações cívicas públicas contra o poder autoritário e as restrições aos direitos civis e políticos, sendo geralmente reprimidas pelas forças armadas.

O ano de 1984 foi um marco na história sociopolítica do Brasil com o movimento Diretas Já. Foi o marco do fim do regime militar. Porém, as eleições diretas só vieram a acontecer em 1989. Entre 1984 e 1988 o país se mobilizou por uma nova constituição. Os movimentos sociais que emergiram na cena política desde o final de 1970, conseguiram

¹⁰ A Teologia da Libertação foi desenvolvida na América Latina por F. Gutierrez e no Brasil destacaram-se os irmãos Leonardo e Clodóvis Boff. A partir das orientações advindas do Concílio Vaticano II, de 1964 e do Congresso de Medellín, na Colômbia em 1968, esta Teologia reorganizou as práticas religiosas católicas. Elas foram adaptadas ao meio popular e redefiniram algumas concepções. Passou a preconizar que os indivíduos deveriam lutar pela justiça social enquanto vivos, não serem passivos frente às faces das injustiças. O cotidiano das pessoas a ser discutido à luz dos ensinamentos da Bíblia. Alguns princípios da análise marxista relativos às estruturas de dominação influenciaram e foram incorporados à Teologia da Libertação. (GOHN, 2000, p. 38)

inscrever em leis, como direitos, várias reivindicações. Foram conquistas sociais de trabalhadores, mulheres, índios, menores e cidadãos.

Segundo Gohn:

Ainda nos primeiros anos da década de 80, no plano da realidade brasileira, novos tipos de movimentos foram criados, fruto da conjuntura político-econômica da época. Foram movimentos que se diferenciavam tanto dos movimentos sociais clássicos – dos quais o movimento operário é sempre tido como exemplar – como também dos “novos” movimentos sociais surgidos nos anos 70, populares e não-populares. Foram os movimentos dos desempregados e das Diretas Já, que se definiam no campo da ausência do trabalho e na luta pela mudança do regime político brasileiro. Questões complexas que surgirão ao final dos anos 80, relativas ao plano moral, da ética na política, etc., estiveram presentes embrionariamente naqueles movimentos. Sua importância é dada pelo papel que desempenharam na política brasileira. O das Diretas Já, por exemplo, surgiu no momento de pico de um ciclo de protestos, contra o regime militar e a política excludente de desemprego, e demarcou o início de um novo ciclo de protestos, então centrado na questão da Constituinte. (2006, p. 285)

Somente com o surgimento de novos movimentos, centrados em questões identitárias é que a problemática do sujeito passou a ser tratada de forma diferenciada na teoria sociológica, pois esses movimentos criaram e politizaram espaços alternativos de lutas, basicamente a partir dos anos 1990. No próximo item aprofundaremos o período de redemocratização do país e o surgimento dos novos movimentos sociais, que emergiram naquele momento histórico.

3.2 Novos movimentos sociais

O processo de abertura política, muitas vezes associado ao governo Geisel, que toma posse em 1974, anuncia uma “distensão lenta e gradual” do regime. Fica encerrado o período de perseguições políticas e torturas, além de modificar a constituição pela revogação de alguns dos Atos Institucionais, porém o objetivo das “reformas” era na realidade uma forma de assegurar ao partido do governo a legitimação no poder. Com isso constata-se que o Brasil teve o período de transição mais prolongado que se tem conhecimento.

Somente com o advento do governo Figueiredo (1979 a 1984) podemos realmente considerar a abertura política gradual, quando os rumos da abertura mudaram com o revigoramento da força política dos adversários do regime.

Os anos 1980 foram vividos pela sociedade civil brasileira como a década da esperança democrática materializada na Constituição Federal de 1988. Esta nasceu de um processo de luta e de mobilização de setores democráticos populares na reivindicação de direitos civis, políticos e sociais. Considerada um marco na consolidação da democracia e no fortalecimento da sociedade civil brasileira, cristalizou novos direitos graças à capacidade dos setores dominados de criarem a fala, constituindo-se em autores de sua própria cidadania.

Segundo Scherer-Warren (2008), quando as necessidades materiais transformam-se em representações simbólicas de carências de determinados grupos, e conseqüentemente eles constroem pautas políticas reivindicativas para a transformação social dessa situação, temos o nascimento de uma ação coletiva ou de movimento social determinado. A carência por si só não produz movimentos sociais. O movimento resulta do sentido coletivo atribuído a essa carência e de possibilidade de identificação subjetiva em torno dela. Também da modificação dos sujeitos em atores políticos, da respectiva transformação das carências em demandas, destas demandas em pautas políticas e estas em ações de protestos. Para se notar o surgimento de um movimento social, necessita-se da capacidade de auto-identificação coletiva em torno de conflitos, de adversários centrais a serem enfrentados e da construção de projetos e utopias de mudança. Ainda, segundo a autora:

As questões da solidariedade entre sujeitos coletivos, do reconhecimento a partir ou apesar de suas diferenças e a abertura ao pluralismo democrático são fundamentais para que ocorra a transformação das demandas particulares em pautas políticas que dizem respeito a um conjunto de exclusões sociais que operam numa mesma ordem ou lógica sistêmica. (2008, p. 509)

A organização da sociedade civil é central no contexto dos movimentos sociais. E o conceito de sociedade civil já passou por várias concepções e significados, sofrendo reformulações que seguem os momentos da conjuntura política nacional e a trajetória das lutas políticas e sociais do país. O final dos anos 1970 destaca-se nesta trajetória, porque foi quando o termo movimentos sociais foi definitivamente introduzido no vocabulário político e passou a ser objeto de elaborações teóricas. Na linguagem política corrente, se tornou sinônimo de participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar.

O processo constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988, no entender de Bravo, “representou no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais no Brasil em face da grave crise e às demandas de enfrentamento dos enormes índices de desigualdade social” (2000, p.109).

A lei máxima, pela primeira vez na história do Brasil, remeteu a uma tentativa de aproximação a uma espécie de Estado de Bem Estar Social, garantindo em seu texto constitucional além de direitos civis e políticos, também, os sociais (NETTO, 1999). Direitos estes que resultaram de lutas de setores organizados da sociedade civil. Nestes termos, segundo Pereira, destaca-se que:

Graças à mobilização da sociedade, as políticas sociais tornaram-se centrais, nessa década, na agenda de reformas institucionais que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesta Constituição, a reformulação formal do sistema de proteção social incorporou valores e critérios que [...] soaram, no Brasil, como inovação semântica, conceitual e política. Os conceitos de “direitos sociais”, “seguridade social”, “universalização”, “equidade”, “descentralização político-administrativa”, “controle democrático”, “mínimos sociais”, dentre outros, passaram, de fato, a constituir categorias-chave norteadoras da constituição de um novo padrão de política social a ser adotado no país. (2002, p. 152),

A Constituição Cidadã inovou ao incorporar no sistema de seguridade social brasileiro a “assistência social como uma política social de natureza pública” (COUTO, 2004, p. 140), formando assim, juntamente com as políticas de saúde e previdência social, o chamado Tripé da Seguridade Social.

De acordo com Pereira (2002), os novos conceitos na área social contidos na Constituição previam: maior responsabilidade do Estado na regulação, financiamento e providência de políticas sociais; universalização do acesso a benefícios e serviços; ampliação do caráter distributivo da seguridade social; controle democrático exercido pela sociedade em relação aos atos e decisões estatais; e adoção de uma concepção de “mínimos sociais” como direito de todos.

Ademais, as conquistas legais constantes na Carta Magna brasileira, foram somente possíveis pela atuação ativa de movimentos sociais, como os movimentos de base relativos a temas do acesso a terra, a habitação, a saúde, a proteção de riscos decorrentes do trabalho, dentre outros.

Contudo, paralelo ao processo constituinte e às discussões críticas em relação às conquistas estabelecidas, “o Brasil se tornou signatário do acordo firmado com organismos

financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), por meio das orientações contidas no Consenso de Washington¹¹” (COUTO, 2004, p.144).

Os anos 1990 e a entrada do novo milênio convivem diariamente com a violência, a violação dos direitos humanos, a inviabilidade das relações sociais, com as injustiças sociais resultantes do aumento da desigualdade social e econômica aprofundadas pela ofensiva neoliberal no Brasil.

Todavia neste contexto deparamo-nos com uma sociedade civil plural, multifacetada e heterogênea, sociedade esta extremamente complexa, contraditória e transpassada por ambivalências, mas viva e atuante.

Entendemos ser a sociedade civil um espaço de conflito e não do consenso, de luta, onde diferentes visões de sociedade, ligadas a diferentes classes sociais, se colocam e se combatem pelo controle ideológico da sociedade, condição necessária para o controle das estruturas econômicas.

Boron (1994), ao refletir a questão de classe, no início da década de 1990, afirmava que a decomposição do antigo proletariado e o aparecimento complexo das classes subalternas estava posta a olhos nus, tanto em países de capitalismo avançado quanto nos demais. Para dar conta dessa nova realidade, parte significativa dos estudos e interpretações difundiu o desaparecimento do proletariado e o surgimento dos novos movimentos sociais e seu papel protagonista na dinâmica das sociedades latino-americanas (1994, p. 225), onde supostamente o desaparecimento de uns se convertera na condição de possibilidades de outros. O autor analisa:

É certo que as condições atuais justificam suficientemente a reabertura dessa linha de pesquisa, mas nada autoriza a deixar de lado alegremente a necessária parcimônia do trabalho científico. Jogar fora as figuras dos arcaicos heróis classistas do passado para substituí-los pelas pungentes imagens dos novos atores sociais – conferindo-lhes, além do mais, no plano da teoria, uma potencialidade explicativa que a prática concreta não ratifica, pelo menos a América Latina – pode ser um gesto de audácia científica, mas também pode revelar a indolência de espíritos demasiado volúveis às modas intelectuais de seu tempo (1994, p. 227).

¹¹ Segundo Cardoso (1994, p. 15), “Consenso de Washington [...] refere-se ao conjunto de políticas ditas neoliberais, a começar pela estabilização da moeda através do ajuste fiscal e da reforma monetária, para prosseguir com as privatizações, a abertura da economia e a retomada do crescimento, no contexto de uma economia globalizada”.

Para o autor, o surgimento de outros atores não determina a abolição de movimento da sociedade de classes. Significa que a cena social e política ficaram ainda mais complexas do que até então eram conhecidas. O surgimento de outros sujeitos sociais não significava o desaparecimento das classes sociais e tampouco o fim do seu conflito como eixo fundamental das sociedades capitalistas avançadas ou as de capitalismo tardio, como no caso do Brasil.

É necessário admitir que a configuração da atual classe operária é profundamente distinta da que Marx havia conhecido e sobre a qual escreveu. A reorganização excludente do capitalismo adensou a marginalização social e econômica de setores significativos da sociedade civil e as transformações das classes subalternas, provocando crises nas estruturas tradicionais de mediação, que eram fundamentalmente os partidos e os sindicatos. Para Boron:

Estes expressam uma realidade distinta, mas não contraditória, ao continuado protagonismo das classes sociais, e a correta apreciação de suas potencialidades transformadoras não tem por que ser feita sobre a base de subestimar as possibilidades que ainda conservam as segundas. As reivindicações dos vizinhos dos bairros populares, das mulheres, dos jovens, dos ecologistas, dos pacifistas e dos defensores dos direitos humanos não podem ser plenamente compreendidas se não são integradas no marco mais compreensivo do conflito social e da dominação burguesa (...). Estes movimentos não são uma simples miragem, um epifenômeno da luta de classes, mas expressam novos tipos de contradições e reivindicações geradas pela renovada complexidade e conflitividade da sociedade capitalista. Mas a dinâmica dos movimentos sociais seria praticamente indecifrável se não a situássemos no contexto mais global das relações de classe e suas contradições estruturais. Como compreender as associações de bairro que demandam luz e água, sem levar em conta que o modo pelo qual a burguesia acumulou e dominou foi o que condenou milhões de latino-americanos a viver na negligência? Como interpretar as demandas dos organismos defensores dos direitos humanos, se esquecêssemos por um instante que, nestes países, a burguesia e o imperialismo reiteradamente apoiaram políticas repressivas para preservar uma ordem social escandalosamente injusta? Como atender a rejeição que a burguesia sente pelos “Verdes”, se desconhecêssemos que sua proposta conservacionista é profundamente antagônica à racionalidade predatória do capitalismo? (1994, p. 229).

Portanto falar de classe social é algo pertinente, ainda mais em se tratando de Brasil, onde temos uma sociedade extremamente excludente e desigual, não só em termos econômicos, mas também étnicos, culturais, religiosos e outros. Da mesma forma, é necessária a compreensão de que a sociedade capitalista se encontra em pleno vigor e que seus pilares básicos (propriedade privada, divisão de classes) não deixaram de existir.

Segundo Yasbek, a pobreza é expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade, não se reduzindo exclusivamente às privações materiais, mas também alcança o plano espiritual, moral e político dos sujeitos submetidos aos problemas de sobrevivência. Esta autora afirma, criticando o viés economicista, que considera que “são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não tem acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social” (1993, p. 62).

Muitas mudanças ocorreram no mundo nas últimas décadas do século XX, novas demandas, novos conflitos e novas formas de organização, efeitos da globalização e suas revoluções tecnológicas com resultados em múltiplas faces. Isso faz com que o tema dos movimentos sociais retome um lugar central no plano internacional como objeto de investigação por intermédio do movimento antiglobalização, um movimento global que transpõe barreiras das nações e se torna não apenas internacional, mas transnacional. Ações comunitárias locais passam a ganhar destaque, pois é localmente que se desenvolvem as formas de mobilização e sociabilidade.

A crise contemporânea é global, não só porque atinge de modo inusitado a legitimidade de quase todas as instituições do mundo moderno como a política, a cultura, a economia, a família, a escola, o mercado, a vida pública e privada, mas porque o que parece estar em crise é a confiança na própria capacidade de sua resolução.

É neste mundo em crise que, elaborando esta consciência de crise, de múltiplas formas e línguas, surgem os “*novos movimentos sociais*”, não mais se limitando à política, religião ou demandas socioeconômicas e trabalhistas. Incorporam movimentos por reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos, identitários, tais como raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, segurança, direitos humanos e outros. Segundo Paoli, o termo começou a ser usado para:

Referir-se fundamentalmente ao aparecimento político de atores sociais organizados que não se referenciavam diretamente as estruturas institucionais de poder e representação política-partidos, governos, Estado – nem aos atores “clássicos” do sistema social – grupos de interesse e classes sociais. Sua originalidade residia no fato de organizarem-se para expressar o desejo de integrar-se a uma outra esfera de poder, aquela que pertence à ordem da cidadania e dos direitos e que é regida, portanto, por aquilo que hoje, anos mais tarde, esta sendo enunciado como própria da esfera de uma sociedade civil revitalizada. (1995, p. 27).

Assim, destaca-se que houve uma ampliação e pluralização dos sujeitos em cena, antes restritos aos movimentos operários e movimentos sociais das camadas mais populares

centradas nos sindicatos ou nos partidos políticos. Esses novos grupos organizados redundaram na criação de movimentos, associações, instituições e Organizações Não governamentais (ONGs).

Cruzamos o final do século vivendo profundas transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e institucionais que apontam para uma nova ordem social, carregando consigo um número infinito de dificuldades e perplexidades. Segundo Hobsbawm:

O século acabou numa desordem global cuja natureza não estava clara, e sem um mecanismo óbvio para acabar com ela ou mantê-la sob controle. O motivo desta impotência estava não apenas na verdadeira profundidade e complexidade da crise mundial, mas também no aparente fracasso de todos os programas, velhos e novos, para controlar e melhorar os problemas da raça humana. (1993, p. 47).

Ainda, a respeito das transformações societárias, que afetam os movimentos sociais, Scheren-Warren afirma que:

A produção teórica sobre os movimentos sociais no novo milênio defronta-se com novas demandas, novos conflitos e novas formas de organização, todos gerados pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, genericamente circunscritas como efeitos da globalização, em suas múltiplas faces (2008, p. 442)

Assim, ao longo dos anos 1990, amplia-se o campo da prática social e discursiva na sociedade civil. Com a emergência de novos sujeitos, há uma nova conceituação sobre cidadania, tanto nas lutas pela redemocratização do país, com destaque para os direitos civis e políticos, como nas mobilizações populares por melhorias na qualidade de vida, principalmente a urbana. Por fim, a cidadania foi incorporada nos discursos oficiais e ressignificada na direção de ideia de participação civil, de exercício de civilidade e responsabilidade social dos cidadãos.

3.3 Movimentos sociais e mobilização social: aproximações conceituais

Apesar de haver muitos estudos específicos sobre os movimentos sociais, não existe uma teoria única, assim como não há uma só concepção para o que seja um movimento social e também não existe um só tipo de movimento social. (GOHN, 2006, p. 327).

A palavra movimento social foi criada por Lorenz von Stein no século XIX, na Alemanha, para chamar a atenção à necessidade de estudar o movimento operário e socialismo emergente (SILVA, 2001, p. 16). Aproximadamente até metade do século XX o termo dizia quase que exclusivamente respeito ao movimento sindical e ao estudo do socialismo.

O conceito tem sofrido historicamente uma série de alterações. Segundo Gohn (2006, p. 330), nos anos de 1950 e parte de 1960, estudos abordavam os movimentos sociais no contexto das mudanças sociais, sendo vistos como fontes de conflitos e tensões, fomentadores de revoluções e vistos como irregulares no contexto dos comportamentos coletivos vigentes.

Ainda segundo Gohn (2006, p. 330), de acordo com abordagens fundadas no paradigma de teoria marxista, até os anos 1950, o conceito de movimentos sociais sempre apareceu associado ao de luta de classes e subordinado ao próprio conceito de classe. Sendo utilizado para designar grandes períodos históricos como guerras, movimentos nacionalistas, ideologias radicais (nazismo, facismo e outros), assim como ideologias libertárias e religiosas.

As mudanças globais que vivemos nas últimas décadas do século XX trazem uma realidade que exige um aparato conceitual que ultrapasse aqueles que dispomos. Segundo Gohn:

Chegamos, portanto aos anos 80 com um panorama mundial das formas de manifestações dos movimentos sociais bastante alterado. Progressivamente, as lutas armadas na Ásia, na América Latina e na África, e o próprio movimento operário, todos fortemente estruturados segundo a problemática dos antagonismos de classes sociais, deram lugar a outras problemáticas sociais, enquanto eixos centralizadores das lutas sociais. O desenvolvimento do novo cenário passou pelas revoltas dos negros no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos; pelas rebeliões estudantis dos anos 60; juntamente com a emergência de uma série de movimentos étnicos, pela estruturação dos movimentos feministas conjuntamente com a construção da problemática de gênero; pelas revoltas contra as guerras e armas nucleares: assim como pela constituição do movimento dos “pobladores” ou moradores, ou simplesmente de cidadãos, na cena política da América Latina e Espanha. (2006, p. 333)

Segundo a autora, na América Latina, especialmente no Brasil, as mudanças decorridas do processo de globalização da economia e a institucionalização dos processos determinados no período de redemocratização levaram ao surgimento de um novo ciclo de movimentos e lutas, menos centrados em questões como direitos e mais nas formas de exclusão social (GOHN, 2006, p. 336).

Nos anos 1990 altera-se o quadro de movimentos sociais e o enfoque se volta para outro fenômeno social em ascensão, as Organizações Não Governamentais. Neste contexto e com base em Ianni, existem alguns desafios teóricos postos:

A globalização desafia radicalmente os quadros de referência da política como prática e teoria. Há categorias básicas da ciência política que parecem ter perdido seu significado, ou estão necessitando de reelaboração (...) uma realidade emergente, mas já bastante evidente e, simultaneamente, carente de categorias interpretativas. Estas são algumas dentre as categorias do pensamento político que parecem desafiadas pelos dilemas e horizontes que se abrem com a globalização: sociedade civil, Estado, partido político, sindicato, movimentos sociais, opinião pública, povo, classe social, cidadania, soberania e hegemonia entre outras. (1997, p. 17)

A mudança acelerada pela globalização, segundo Gohn, passou a acarretar:

(...) a revitalização das políticas neoliberais e o processo de desmonte das estruturas estatais; a nova revolução tecnológica em curso com a internet e a era dos computadores; a busca constante das ciências sociais em produzir novidades e novas modas teóricas, novas ondas e eixos referenciais que passam a ser mais emblemáticos do que paradigmático; a contínua preocupação com as novas agendas do social, os temas de ponta ou de indicação dos rumos do futuro; tudo isto certamente tem afetados os referenciais dos paradigmas sobre os movimentos sociais. No novo paradigma que se esboça fala-se mais em sociedade civil em geral e menos na questão da autonomia dos grupos. O privilegiamento da sociedade civil não se dá por contraposição ao Estado, mas às forças do mercado. Fala-se de setor terciário, não-estatal, privado mas público. Este setor concentra as atividades dos movimentos e das ONGs – agora reestruturados segundo princípios do mercado e não exclusivamente ideológicos. (2006, p. 338).

Conforme a autora, as entidades da sociedade civil, que procuram desempenhar seu papel político, resultantes de um processo de lutas e mobilizações, enfrentam uma série de obstáculos e desafios impostos pela realidade sócio-política em que estão inseridas e resultantes de suas fragilidades internas, muitas vezes herdadas de uma cultura política clientelista e paternalista, e ainda agravadas pelas estratégias governamentais de envolvimento em políticas e projetos de natureza apenas compensatória.

Santos (1993), ao indagar acerca da existência de uma sociedade plural afluyente em movimentos de ação cooperativa no Brasil, constata uma “razoável estabilidade no perfil de mobilização organizacional”. O autor afirma que a “ausência de capacidade participativa” e a reduzida taxa de demanda do Estado para resolver conflitos, levam-no a concluir pela indiferença da grande massa quanto à participação, seja no processo eleitoral, seja nos demais

mecanismos postos à disposição dos cidadãos pelas instituições. Portanto, conclui pela inexistência de uma cultura cívica no país, agravada por processos de impunidade e por um sistema de proteção frágil.

Bastos, citando Obregon, conceitua mobilização social como:

A tendência de um setor determinado da população a pressionar um ou mais aspectos da estrutura da sociedade da qual faz parte, com o objetivo de transformá-los em algum sentido, de forma deliberada. Desse modo, os movimentos sociais seriam mecanismos e fontes de mudança social. (1983, p. 89)

Ao analisar o significado dos movimentos sociais, o autor entende que a mobilização assume a função de desenvolver uma nova consciência social nas populações dominadas por um falso modelo de interpretação da realidade social e de sua própria situação dentro dela.

Já segundo Gohn (2000), para definir movimento social é necessário estabelecer algumas diferenças. A primeira (1ª) delas é entre movimentos e grupos de interesses, sendo que interesses comuns de um grupo componente de um movimento, mas componente não suficiente para caracterizá-lo como tal, pois ações de um grupo de pessoas tem que ser qualificada por uma série de parâmetros para ser um movimento social. Este grupo deve formar um coletivo social, necessitando ter uma identidade em comum. Possuem uma realidade anterior a junção de seus interesses, uma história de experiências culturais. As inovações que vierem a gerar partem do substrato em comum das carências ou demandas que reivindicam, articuladas pela herança cultural que possuem, renovando a partir disso, suas ideias, ações e valores.

A segunda (2ª) diferença deve ser feita quanto ao uso ampliado da expressão ao se designar a ação histórica de grupos sociais, tais como o movimento da classe trabalhadora, que trata de uma categoria da dialética, de movimento em oposição à estática. É a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe.

A terceira (3ª) deve ser feita entre modos de ação coletiva e movimento social propriamente dito. Um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, são modos de estruturação de ações coletivas e poderão ser estratégias de ação de um movimento social, mas sozinhos não são movimentos sociais.

Por último (4ª), referem-se à esfera onde ocorre a ação coletiva, que trata de um espaço não-institucionalizado, nem público nem privado, devendo os espaços coletivos não-institucionalizados situarem-se na esfera pública não-governamental ou não-estatal, possibilitando assim aos movimentos dar visibilidade as suas ações.

Assim, Gohn conceitua movimentos sociais como:

Ações coletivas de caráter sóciopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (2000, p. 13)

Podemos compreender que os movimentos sociais se expressam através de práticas sócio-político-culturais, onde conflitos, contradições, os antagonismos existentes são os elementos básicos para as ações desenvolvidas. O que se convencionou chamar de movimentos sociais agrupa ações coletivas variadas, com diferentes significados, alcances e durações. O que eles possuem em comum é que todos são formados por sujeitos coletivos que reivindicam sua diferença e o direito de proclamá-la coletivamente, via movimento social.

Ainda, Santos (2008, p. 9) cita a definição genérica de movimentos sociais de Dalton e Kuechler, apresentada por Boaventura Santos como “um setor significativo da população que desenvolve interesses incompatíveis com a ordem social e política existente e que os persegue por vias não institucionalizadas”.

Já a mobilização popular pode ocorrer contra os maus serviços públicos prestados, que afeta a todos, e de forma mais cruel os mais pobres (que são a maioria da população) moradores em localidades distantes, ou que moram de maneira precária nos grandes centros urbanos. Mas, mesmo que determinados setores da classe média também podem ser afetados pela precariedade dos serviços públicos, eles, porém recorrem à rede privada ou conveniada.

Santos (2008) citando Kowarick diz que:

O empobrecimento, a espoliação urbana ou a opressão política nada mais são do que matérias-primas para as reivindicações populares, que podem esgotar-se a medida que são ou não atendidas, esvaziando o movimento. Podem por outro lado, transformar-se em lutas sociais propriamente ditas, dependendo de como o movimento se desenvolve e se relaciona com as demais forças ou grupos sociais envolvidos nesse processo. São as experiências vividas, as possibilidades de interação social, as possibilidades de compreender as questões específicas relativas às questões mais gerais que irão permitir a transformação de um simples movimento reivindicatório em um espaço de luta social. (2008, p. 13).

Dentro dos movimentos sociais temos os processos de mobilização social, que são muitas vezes confundidos com manifestações públicas, com a convocação de pessoas para passeatas e outros, mas isso não caracteriza uma mobilização.

Podemos considerar que ocorre mobilização, segundo Toro e Werneck:

Quando um grupo de pessoas, uma comunidade, uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando quotidianamente, os resultados desejados por todos. Por isso diz-se que: mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados. (1997, p. 9).

Para estes autores participar ou não de um processo de mobilização social deve ser um ato de escolha, de liberdade. As pessoas são chamadas a participar, a atuar na realidade onde vivem, mas o fazem por decisão própria. E esta decisão depende fundamentalmente das pessoas se enxergarem ou não como responsáveis e capazes de provocar e construir mudanças.

Ainda conforme estes mesmos autores, o processo de mobilização social é um instrumento utilizado para convocar vontades, e esta significa chamar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para uma escolha que “contagia” todo o quotidiano.

Porém, de acordo com Yasbek:

A violência da pobreza constitui parte de nossa experiência diária na sociedade brasileira contemporânea. Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade. Sinais em que muitas vezes se ocultam a resistência e a capacidade dessa população em lutar quotidianamente para sobreviver. (1993, p. 61).

De acordo com Toro e Werneck (1997, p. 11) toda mobilização é realizada para conseguir um objetivo pré-definido, um alvo comum, e por isso é considerada um ato de razão. Pressupõe um amplo sentido de público, daquilo que convém a todos. Se tiver apenas um propósito passageiro, pode ser considerado um evento, uma campanha, e não um processo de mobilização. Esta requer um contínuo processo de dedicação e produz resultados quotidianamente.

Para ser considerada útil a uma sociedade, deve estar orientada para a construção de um projeto futuro. O que de fato dá estabilidade a um processo de mobilização social é saber

que o que fazemos e decidimos em nosso campo de atuação cotidiano, está sendo feito e decidido por outros, em seus campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos.

Gohn afirma que a mobilização social:

É um processo político e cultural em todas as formas de organização das ações coletivas. Ela tem diversos sentidos, segundo a fonte ou o campo onde se articula sua organização, ou seja, em movimentos sociais, em ONGs isoladas ou atuando em redes e por meio de políticas estatais. (2008, p. 448)

Ainda de acordo com a autora (228, p. 448) o termo mobilização nunca recebeu tratamento específico nos manuais do pensamento social do século XX, o termo aparece no Dicionário de Política fazendo referência a ativações que visam mudanças de comportamento ou adesão a alguns programas ou projetos sociais, envolvendo uma série de processos, um deles articulado ao termo mobilidade social – mudança de comportamento, aquisição de novos valores, acesso aos meios de inclusão social, apelando-se para a adesão do outro numa dada ação social, com um sentido já definido.

Santos cita alguns temas colocados contemporaneamente para os movimentos sociais, não especificamente os urbanos, mas que podem ser as fontes de mobilização social permanente:

- 1º - Lutar pela recuperação da soberania ante o poder transnacional para o restabelecimento, por exemplo, da segurança alimentar e a utilização dos recursos locais para o bem estar das populações. Faz parte deste leque de lutas: ações contra as privatizações, a favor da regionalização das economias, contra a integração à economia norte-americana através do projeto de livre comércio (ALCA);
- 2º - Lutar por novas formas de produção, mais democráticas e menos ligadas ao mercado capitalista;
- 3º - Lutar por uma democracia participativa, através de uma cidadania múltipla e ativa, propulsora de transformações sociais. Neste rol têm-se as experiências de gestão política das cidades;
- 4º Lutas ecológicas e culturais, para a melhoria da qualidade de vida, pelo respeito ao meio ambiente, pela autonomia cultural. (2008, p. 163/164)

Mobilização e movimento social inexistem sem a participação dos sujeitos. Este tema será abordado a seguir.

3.4 Relações entre mobilização social e participação

Segundo Toro e Werneck (1997) o horizonte ético é aquilo que dá sentido a um processo de mobilização, e uma das formas pela qual um país explicita seu projeto de nação é através da sua Constituição. Nela estão definidas suas escolhas futuras. Quanto maior a participação no processo de elaboração, mais estas escolhas irão refletir a vontade de todos e serão por todos compartilhados.

De acordo com a Constituição Federativa do Brasil, em seu Art. 1º:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Já no primeiro artigo de nossa Constituição expressamos nossa escolha pela Democracia, tendo como fundamentos a cidadania e a dignidade humana. Toda ordem de convivência é construída, não é natural, mas sim natural é nossa tendência a viver em sociedade. Quando as pessoas assumem que tem nas mãos o seu destino e descobrem que a construção da sociedade depende de sua vontade e escolhas, a democracia torna-se uma realidade.

Segundo Toro:

Toda ordem social é criada por nós. O agir ou não de cada um contribui para a formação e consolidação da ordem em que vivemos. Em outras palavras, o caos que estamos atravessando na atualidade não surgiu espontaneamente. Esta desordem que tanto criticamos também foi criada por nós. Portanto e antes de converter a discussão em um juízo de culpabilidades se fomos capazes de criar o caos, também podemos sair dele. Somos capazes de criar uma ordem distinta. (1997, p. 14)

Não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos significa nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, transferindo ao outro a possibilidade de agir. É não assumir a responsabilidade pelo nosso destino, é não nos sentirmos capazes de mudá-lo, vivendo no fatalismo ou subserviência, nunca agindo numa perspectiva transformadora.

Segundo Toro e Werneck:

A formação de uma nova mentalidade na sociedade civil, que se perceba a si mesma como fonte criadora da ordem social, pressupõe compreender que os “males” da sociedade são o resultado da ordem social que nós mesmos criamos e que, por isso mesmo, podemos modificar (1997, p. 16)

Ainda segundo estes autores, na ordem social democrática as leis são criadas, direta ou indiretamente, por aqueles que as vão cumprir, sendo uma forma de ver o mundo e que deve ser construída cotidianamente. Fruto da decisão de uma sociedade, que se fundamenta em aceitar o outro como igual em direitos e oportunidades e por estes motivos supõe a construção da equidade social, econômica, política e cultural.

Segundo Teixeira (2002, p. 42) o estudo da sociedade civil, em termos de reconstrução do conceito é algo recente, aparecendo da reflexão sobre as lutas contra o autoritarismo e pela redemocratização do Leste Europeu, em países da Europa Ocidental e na América Latina nos anos 70/80. Formada por uma rede de associações, movimentos, grupos e instituições que articula com setores liberais e lideranças empresariais, participando ativamente do processo de redemocratização desses países.

Se para Marx e Hegel a sociedade civil era separada do Estado e determinada pelas relações econômicas, segundo Teixeira, é Gramsci que apresenta elementos básicos para a compreensão atual, definindo-a como “o conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias e pelas quais as classes buscam exercer a hegemonia”.

Com suas limitações e ambiguidades, o conceito de sociedade civil é um importante instrumento analítico para entender a emergência de novos atores na cena política. De acordo com Teixeira:

Utilizá-lo não significa minimizar ou desconsiderar o papel das instituições políticas nem, muito menos, a ação da própria sociedade civil em relação à reestruturação institucional e à sua própria função política, até porque o conceito de sociedade civil funda-se em todo um suporte institucional, garantido pelos direitos fundamentais. Além do mais, um dos elementos do conceito é autolimitação. As possibilidades de ação se limitam e se condicionam, seja pelo processo espontâneo de sua constituição, seja pelo poder que se lhe atribui, não de decidir, mas de tematizar os problemas, questionar atos e decisões, propor alternativas e, portanto, influenciar no processo de tomada de decisão. O uso do conceito permite equacionar um problema clássico da teoria política, que é de tratar o conflito entre representação e participação, no sentido de fortalecer e legitimar a primeira, através de mecanismos de participação, permite entender o funcionamento de espaços públicos, abertos e autônomos, em que as diversas organizações, grupos e indivíduos podem exercer a ação coletiva que questiona e controla

as decisões do Estado e do mercado, oferecendo-lhes parâmetros e referências éticas. (2002, p. 44/45)

Ainda, segundo o autor, as várias dimensões da participação podem ser realizadas nos espaços públicos. A representação torna-se reflexo dos interesses e vontades da sociedade, através de mecanismos da sociedade civil (espaços públicos, ações coletivas) e de fazer a participação exercer um papel próprio, de expressão, controle e influência sobre aqueles que exercem mandatos.

Os direitos são garantidos por leis que estabilizam a sociedade civil, muitos deles reconhecidos somente através de lutas históricas, como os direitos fundamentais. Segundo Teixeira (2002, p. 45) a efetivação de direitos depende em muitos países, da própria sociedade civil, da cultura política e da sua organização, que também deverá interessar-se pela construção de novos direitos de acordo com suas necessidades. Tais leis, segundo o autor, não são suficientes para evitar a exclusão social, pelo fato de uma minoria proprietária manter-se no poder, porém podem constituir-se em instrumento de luta contra a dominação, na medida em que os excluídos tenham acesso aos espaços públicos e possam debater temas e ações coletivas que representem seus interesses. Para Teixeira:

Os catálogos de direitos constituem a estrutura básica para permitir o funcionamento de uma sociedade autônoma e participativa. Os direitos de reunião, associação e liberdade de expressão possibilitam a ação das associações voluntárias no processo de formação de opinião, que tematizam questões de interesse geral e agem em nome de sub-representantes que têm dificuldades de se organizar. As liberdades de expressão garantem a diversidade e a pluralidade de opinião. Esses direitos são, porém, abstratos, e só se efetivam com a ação dos cidadãos, cuja mobilização é também necessária na sua criação e implementação. (2002, p. 45)

A participação, segundo Teixeira, significa “fazer parte”, “tomar parte” “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. Referir-se a “parte” significa pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, vontades, valores e recursos de poder. Assim, este autor expressa que:

Apresenta-se o problema de como responder aos interesses gerais em face do particularismo e do corporativismo dos atores, exigindo-se condições objetivas e subjetivas e espaços públicos onde possam ocorrer negociações e compromissos para que as argumentações, livremente expostas, permitam

chegar a um consenso traduzível em decisões no sistema político. (2002, p. 27)

A participação supõe relações de poder, que são complexas e contraditórias, não apenas por intermédio do Estado, que a materializa, mas também entre os próprios atores e aspectos estruturais e de cultura política que podem favorecer ou dificultar a participação, necessitando determinados comportamentos racionais.

De acordo com Teixeira (2002, p. 28) o sistema participativo é descrito historicamente, num regime de democracia competitiva, na luta pela ampliação do sufrágio e conquista de outros direitos, no final do século passado na Europa e anos mais tarde estendendo-se a alguns países de Terceiro Mundo. Com o Estado de Bem Estar Social já não bastava a garantia jurídica dos direitos individuais e da competição de mercado, era necessária a interferência do Estado para compensar desajustes provocados pela concentração de capital (proteção aos trabalhadores, consumidores, inquilinos, política social). A participação política nesse momento desloca-se para os partidos e grupos de pressão, articulando-se os interesses privados para influenciar as decisões do Estado. Assim:

Com a crise do Estado, o desprestígio e a burocratização do sistema partidário, o agravamento dos conflitos sociais e a crescente conscientização de vários segmentos sociais, desenvolvem-se novas alternativas de participação, novas áreas de relações sociais (homem/mulher, etnias), incorporando-se temas até ai fora da problemática tradicional. Exercita-se assim uma outra lógica – a da solidariedade e busca de um consenso normativo em relação a questões básicas, tais como meio ambiente, exclusão social, cooperação internacional, possibilitando-se o surgimento de novos tipos de participação, mais ampla, inclusive de conteúdo mais contestador, formando-se uma nova cultura política em que se valorizam a ação coletiva, a construção de identidades, a criação e efetivação de direitos, o enfrentamento dos problemas cotidianos. (2002, p. 28)

Para Duriguetto, ao lado da recuperação do conceito de sociedade civil, o surgimento dos “novos movimentos sociais” com suas temáticas e lutas, a questão da cidadania e seu conjunto de direitos passam também a ganhar nova dimensão. Para a autora, baseada em Marshall¹², cidadania moderna é “um conjunto de normas e procedimentos

¹² Os argumentos de Marshall se apóiam no desenvolvimento da sociedade inglesa desde o século XVII para afirmar que, a partir de uma igual distribuição de “direitos civis” a todos os indivíduos, novos direitos “políticos” e “sociais” seriam a eles incorporados como uma consequência lógica, uma vez que “já estaria implícito nos princípios da igualdade básica dos ‘direitos civis’”. Os direitos de cidadania são, então, classificados em civis, políticos e sociais e assim definidos: “O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no

reguladores de direitos e deveres, que são atribuídos e garantidos a todos os indivíduos pertencentes a uma sociedade nacional” (2007, p. 115).

Novas teorizações de cidadania presentes no debate pós-marshalliano acrescentam outras prospecções normativas ao conceito e aos direitos de cidadania, tendo as dimensões civis (liberdades civis) e políticas (participação sócio-política) adquirido importância renovada. Assim, segundo Duriguetto:

Temos uma concepção ampliada de cidadania que tende a vê-la como um fenômeno associado aos movimentos sociais, à solidariedade e à sociedade civil: as iniciativas dos movimentos sociais devem estar orientadas pela busca de novos valores e ações prático-políticas, visando à ampliação da esfera pública – garantia de uma participação plural, em que seja contemplada a diversidade cultural com as respectivas subjetividades (étnicas, de gênero, etc) – e que permita combinar democracia direta com democracia representativa; solidariedade, que é definida pelo princípio de responsabilidade individual e coletiva com o social e bem comum; e a sociedade civil composta por organizações e ações voluntárias, igrejas, famílias, associações étnicas, cooperativas, grupos de proteção ao meio ambiente etc, possibilitam o aprendizado das virtudes do compromisso mútuo. (2007, p. 117)

A ampliação das dimensões e conteúdos dos direitos de cidadania veio acompanhada da recuperação do conceito de sociedade civil na busca de indicar possibilidades teóricas e prático-políticas que permitam uma vida social mais participativa e justa.

A seguir vamos apresentar o processo da pesquisa sobre o processo de mobilização e participação social na comunidade da Vila Aparecida, analisando a visão das lideranças comunitárias sobre os temas descritos.

exercício do poder político, como membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (DURIGUETTO apud MARSHALL, 1967: 63-64)

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA REALIZADA

A pesquisa de base empírica apresentada nesta seção caracteriza-se por possuir natureza exploratória, tendo em vista que esta tem como objetivo principal “o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (GIL, 2002, p.41). Deste modo, procurou-se levantar a realidade acerca da mobilização e da participação na Vila Aparecida para refletir sobre seus determinantes.

É uma pesquisa de cunho qualitativo, uma vez que, baseando-se em Minayo (1996, p.21, 22) “[...] trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]”.

Para aproximação do universo da pesquisa, além das leituras sobre a comunidade da Vila Aparecida, foi preciso vivenciá-lo e experimentá-lo, o que foi feito por meio das visitas. Na pesquisa aqui exposta procurou-se dar voz e lugar aos sujeitos, trazendo sua visão sobre os processos participativos vividos na comunidade. Não foi focada a quantidade de entrevistados, mas sujeitos significativos na e para a comunidade, que de alguma forma a representam. No entanto, dados quantitativos também auxiliam na sistematização e análise do conhecimento que este estudo está oferecendo.

Esta pesquisa tem como base teórica as contribuições teóricas advindas do marxismo, e pauta-se no método de abordagem dialético, tendo em vista que pretende compreender o fenômeno da mobilização social a partir de uma perspectiva de totalidade e buscando explicar o particular no geral. Reconhece que este fenômeno está inserido no contexto do modo de produção e da formação da sociedade capitalista.

Delineou-se como objetivo geral da pesquisa:

- Desenvolver um estudo analítico acerca do processo de participação e mobilização social e a articulação entre as lideranças de ONG´s e sociedade civil na comunidade da Vila Aparecida em Florianópolis/SC.

Já os objetivos específicos consistiram em:

- Levantar dados que possibilitem analisar como se articulam as diferentes lideranças comunitárias.
- Analisar as informações obtidas através da pesquisa a fim de avaliar como se dá o processo de mobilização.

- Levantar informações que auxiliem o PETI no conhecimento da comunidade e na criação de estratégias para a inclusão e permanência de crianças e adolescentes nos projetos de ações sócioeducativas e de convivência minimizando as possibilidades de exploração do trabalho infantil na comunidade.
- Conhecer a visão das lideranças comunitárias acerca dos serviços disponibilizados pelo Estado na comunidade tendo em vista a sua adesão ou “boicote silencioso” aos mesmos.

Quanto aos procedimentos de pesquisa no seu conjunto optou-se pela pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Na pesquisa bibliográfica, foram consultadas produções teóricas e conteúdos em endereços eletrônicos relacionados à temática desenvolvida no trabalho. Os principais autores referenciados foram: Toro e Werneck, Maria da Glória Gohn, Ilse Scheren-Warren dentre outros. Já a pesquisa documental caracterizou-se pela consulta a decretos, leis, portarias, informativos e documentos considerados como necessários. A pesquisa empírica ou pesquisa de campo, por sua vez, permitiu realizar um levantamento de dados por meio da interação direta com os sujeitos da pesquisa. Nesta última, utilizou-se um questionário semiestruturado elaborado por esta acadêmica e autorizado pelos(as) participantes da entrevista.

A partir do interesse pela temática da pesquisa com origem no desenvolvimento do estágio, iniciou-se o processo de reflexão sobre o universo a ser pesquisado. Como os atendimentos no PETI são divididos por regiões. Houve a decisão de realizar a pesquisa com as lideranças comunitárias da Vila Aparecida, pelo fato desta região não apresentar projetos que atendam as crianças e adolescentes, suscitando o interesse em saber como a comunidade se articula para garantir seus direitos.

A partir da identificação das possíveis lideranças comunitárias, optou-se por entrevistar cinco (05) pessoas, sujeitos significativos na vida comunitária. O contato com as lideranças comunitárias precedeu de uma autorização prévia e o questionário tinha perguntas abertas (apêndice A). O conteúdo das respostas foi posteriormente sistematizado, analisado e utilizado para reflexão acerca da mobilização e participação da comunidade. A abordagem dos sujeitos respondentes foi realizada nas residências destes por meio de visitas domiciliares. O agendamento das entrevistas foi feito por contatos telefônicos com as lideranças. Pode-se dizer que houve receptividade por parte dos(as) participantes da pesquisa, com exceção de uma (01) ex-liderança somente, que não se disponibilizou a responder as perguntas, por argumentar não estar mais envolvido com assuntos da comunidade.

Portanto, o universo possível para a realização da pesquisa totalizou em 05 (cinco) lideranças, caracterizadas no quadro 1 abaixo. Destaca-se que no desenvolvimento das entrevistas, houve um predomínio da participação masculina.

A coleta de dados por meio do questionário aplicado com as pessoas que exercem ou exerceram algum tipo de liderança na comunidade, conteve o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A seguir, na apresentação dos dados levantados, para preservar a identificação das lideranças participantes, utilizaram-se nomes fictícios. Os dados obtidos na pesquisa e suas análises serão visualizados nos subitens a seguir.

4.1 Perfil dos respondentes

No quadro 1 apresentaremos os dados biográficos das pessoas entrevistadas como lideranças comunitárias:

Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Tempo residência na Vila Aparecida
R1	Masculino	47	Ensino médio completo	45 anos (mudou-se para a comunidade com a família aos 2 anos)
R2	Masculino	39	Ensino fundamental incompleto	15 anos (vindo do interior de SC, em busca de trabalho)
R3	Masculino	43	Ensino fundamental completo	43 anos (nascido na comunidade)
R4	Masculino	43	Ensino médio completo	36 anos (mudou-se aos 6 anos)
R5	Feminino	60	Ensino médio completo	34 anos (mudou-se aos 26 anos)

Quadro 1 – Dados biográficos dos respondentes

Fonte: Elaboração própria, com base no questionário da pesquisa.

O quadro acima evidencia que, referente ao sexo dos respondentes, há predominância do sexo masculino entre as pessoas entrevistadas, sendo quatro (04) masculinos e apenas uma (01) do sexo feminino. Este fato está em consonância com dados que outras pesquisas no campo do associativismo civil têm levantado, como em Chaves e Scherer-Warren (2006). De outra maneira, ainda, pode-se inferir que, pelo fato das mulheres possuírem responsabilidades para com o cuidado da casa e filhos, elas não disponibilizam de tempo livre para a atuação no movimento comunitário.

Embora as mulheres tenham papel ativo na chefia da família e no bairro, sua inserção ainda é mais restrita e suas contribuições destacam-se mais na área social, como por exemplo, atuar no cargo de secretária em associações ou ser cozinheira nas festas comunitárias. O fato de a mulher ter sido excluída da participação política até há bem pouco tempo, coloca-a em uma posição ainda de crescimento no que se refere à sua presença mais massiva nas organizações da sociedade civil.

Quanto à idade, observou-se que os respondentes estão entre a faixa etária de 39 a 47 anos, com exceção do R5 que tem 60 anos, portanto a maioria encontra-se em plena atividade laborativa. Esta realidade também muitas vezes pode ser um dificultador para a ativa participação na comunidade, pois implica em tempos rígidos e estruturados de trabalho, impossibilitando a participação em reuniões e encontros no horário matutino e vespertino.

A consciência participativa parece não ser determinada pelo fator idade e sim pela oportunidade que cada um tem, em sua trajetória, de superar a acomodação imposta por autoritarismos. Alguns conseguem participar de forma mais combativa, tendo uma longa trajetória de participação, decidindo-se pelo engajamento na comunidade, superando uma cultura política da passividade. De outra maneira, enquanto alguns conseguem participar de forma mais combativa, outros, mesmo com uma longa trajetória de participação na vida da comunidade, permanecem passivos e subservientes aos líderes políticos e órgãos públicos, aguardando que a resolução dos problemas venha de fora.

Em relação à escolaridade, percebe-se que o máximo cursado por estas lideranças foi o ensino médio completo, caracterizando assim o baixo nível de escolaridade da população da comunidade como um todo, fato este também constatado no cadastramento das famílias no PETI. Wagner (2005, p. 83) coloca que desde muito cedo os empobrecidos necessitam trabalhar para a manutenção da família, não sobrando assim, tempo para se dedicarem aos estudos.

A impressão que fica é a de que a inserção e o engajamento nas atividades da entidade pesam mais do que o grau de instrução. Aquele que se sente comprometido com a comunidade, independente da escolaridade, acompanha a conjuntura local e nacional, além de procurar especializar-se no sentido de dar uma direção combativa a entidade, como podemos perceber mais a frente no quadro 2 através da fala do R2.

E por último, analisando o tempo de residência, constatou-se que os respondentes possuem longo tempo de permanência na comunidade, mesmo os que não nasceram na localidade já residem nela há bastante tempo, o que nos leva a concluir que conhecem bem a comunidade, seus problemas, suas necessidades e os desafios postos, e que a experiência e o

enraizamento na vida comunitária são importantes para uma maior participação. O fato de terem família constituída parece ser um indício de que, quando a pessoa assume essa responsabilidade passa a interessar-se mais pelo bem comum, pela melhoria do seu bairro. Diferentemente dos solteiros e jovens que provavelmente busquem mais grupos esportivos e associações com caráter de lazer, delegando as responsabilidades pelas melhorias para as lideranças comunitárias ou para as autoridades.

Fica assim um desafio às lideranças comunitárias de dar aos jovens a oportunidade de, através da participação, construir uma identidade grupal, uma consciência subjetiva de pertencer ao grupo que os auxilie a terem um envolvimento mais ativo na comunidade, buscando soluções para os problemas, lutando para ter acesso aos direitos que lhe foram negados, construindo assim uma representatividade legítima em sua entidade comunitária.

4.2 Engajamentos na comunidade

4.2.1 Sobre a entidade na qual participa na comunidade

A seguir, no quadro 2, apresentaremos as entidades nas quais os respondentes participam, bem como os motivos que os levaram a iniciar a participação em tais instituições:

Respon- dente	Entidade na comunidade	Desde quando participa	Motivos desencadeadores da participação
R1	- Atualmente membro da Igreja Quadrangular, ex-membro da Associação de moradores.	- Igreja desde 1984.	- Por causa dos filhos.
R2	- Diretoria da Associação de Moradores; - Membro do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR.	- No Conselho Fiscal há um ano e 3 meses; - No MNRC desde 2001.	- No Conselho Fiscal motivado pela carência que o bairro vive; - No MNRC por incentivo de técnica da COMCAP que incentivou a participação em diversos cursos de capacitação, também Congressos, seminários e outros.
R3	- Membro da Associação de Moradores; - Membro do Conselho Comunitário de Saúde da comunidade.	- Na diretoria da Associação há 1 ano e 3 meses e no Conselho de Saúde desde que foi criado há 6 meses.	Na Associação sempre trabalhou como voluntário e no Conselho iniciou por ver erros no Posto de Saúde, sendo que a população ameaçava os funcionários, então procurou a Secretaria de Saúde que aconselhou a formar o Conselho de Saúde.

R4	- Associação de Moradores da Vila Aparecida. - Membro do CONSEG de Coqueiros. - Membro da UFECO.	- 1 ano e 4 meses, porém já foi membro em outras gestões. - UFECO desde o início de 2010.	Necessidades da comunidade, falta de interesse do poder público na área social, no CONSEG participava como morador e pensava que poderia ser ouvido de outras maneiras, tornando-se membro.
R5	- Ex-membro da Associação de Moradores (sócio-fundadora) - Coordenadora do grupo da 3ª idade na comunidade.	- Trabalhou por 24 anos como professora da creche Alfa Gente na comunidade; - Grupo 3ª idade há 6 anos (desde que foi fundado).	- Na Associação por ser professora da creche e por incentivo das Irmãs, pelas necessidades que a comunidade vivia na época. - No grupo da 3ª idade por seu envolvimento com a igreja e também pelo motivo de não haver ninguém que quisesse assumir a coordenação.

Quadro 2 – Engajamentos dos respondentes na comunidade

Fonte: Elaboração própria, com base no questionário da pesquisa.

Em relação ao tema acima, fica evidenciado que os motivos desencadeadores da participação comunitária foram às necessidades vividas e não atendidas pelo poder público, como mencionam os R2, R3 e R4. De acordo com Gohn:

Para que haja uma demanda, há necessidade de que haja uma carência não atendida (de ordem econômica, política, social ou cultural) ou projetos de uma utopia. As carências podem ser de bens materiais ou simbólicos. (...) O triunfo de uma carência material é a obtenção do bem demandado, na sua totalidade ou não. (1997, p. 256)

Mas, de outro lado, estas mesmas necessidades, fizeram com que permanecessem na lida comunitária, ou seja, a inserção não foi apenas situacional, mas tornou-se efetiva e contínua. O quadro acima nos mostra que a participação não se restringiu à Associação de Moradores, mas se ampliou e estendeu para outros movimentos, o que é um fato muito significativo. Os dados mostram que os respondentes tiveram experiências organizativas anteriores que os ajudaram a despertar para a importância do associativismo.

Segundo Herkenhoff:

A trajetória das lideranças oferece elementos ricos sobre os fatores situacionais que vão, a partir de suas interações com as instituições políticas, com os times de futebol, com diferentes credos religiosos, entre outros, condicionando suas crenças, seus valores, seus princípios, seu modo de agir e conduzir o próprio movimento popular, sua relação com o Estado, com os moradores, o entendimento que tem do seu papel como líder, a forma como

se relaciona com as demais entidades e os grupos presentes no movimento. (1995, p. 108)

Percebe-se que as lideranças comunitárias entrevistadas possuem poucas possibilidades de acesso a capacitação, como por exemplo, curso de formação complementar, com exceção do R2 que participou de vários cursos de formação, sendo inclusive o incentivo à capacitação o motivo desencadeador de sua participação em entidades da comunidade.

Também se observa que é pequeno o surgimento de novas lideranças na comunidade, tendo alguns dos respondentes participado da diretoria da Associação de Moradores mais de uma vez, dificilmente se formam chapas alternativas para concorrer à diretoria, assim a manutenção e os encaminhamentos se concentram nas mãos de poucos. A realidade da permanência em cargos diretivos em associações também tem sido apontada por outras pesquisas, como em Chaves e Scherer-Warren (2006).

4.2.2 Lutas empreendidas pela entidade na qual participa

Neste terceiro item vamos expor o que foi abordado junto aos entrevistados em relação a objetivos alcançados até o momento através de lutas empreendidas por meio da(s) entidade(s) que participam:

Respondente	Lutas empreendidas atualmente
R1	- “Colocar o povo mais próximo de Deus”
R2	- Na Associação: incentivo de reuniões com a comunidade, trabalhando para regularização da documentação da Associação de Moradores; - No MNRC: buscando a construção de um “barracão” na comunidade para a separação de materiais recicláveis pelos catadores.
R3	- No Conselho de Saúde: conseguiram médico, estendendo horário de atendimento em 2 horas/dia para casos urgentes e também um dentista. - Na Associação de Moradores: construção de lombadas nas ruas asfaltadas (cerca de 8 meses) regularização de luz e estão buscando junto a Prefeitura Municipal a construção de moradias populares.
R4	- Pela Associação conseguiram curso de manicure/pedicure e revitalização da padaria comunitária que funciona na sede da Associação. Estão buscando a regularização da documentação para após implantar oficinas para crianças em contra-turno escolar, também curso de panificação. No CONSEG está solicitando a implantação do projeto bombeiro-mirim para a comunidade.

R5	<p>- Conseguiram a construção da sede da Associação, depois a construção do Posto de Saúde. Na época que trabalhava na creche conseguiam materiais de higiene e limpeza, doação de brinquedos para as crianças no final do ano.</p> <p>- No grupo da 3ª idade realizam cursos de tricô, crochê, bingos, passeios e viagens. Atendem atualmente 53 idosos.</p>
----	---

Quadro 3 – Lutas das lideranças na comunidade

Fonte: Elaboração própria, com base no questionário da pesquisa.

Há alguns temas que hoje são motivos da atuação dos respondentes, entre os quais se destacam a questão da saúde, da infra-estrutura urbana, da regularização fundiária, do saneamento básico (lixo), da profissionalização e geração de renda. Pode-se afirmar que os temas são abrangentes e dizem respeito a uma cidadania ampliada.

De acordo com Herkenhoff (1995), as pessoas que não participam do movimento comunitário geralmente possuem uma visão mais distanciada da liderança comunitária, os que participam, mesmo que casualmente, possuem uma visão mais aproximada quanto ao papel e função do líder. Os que já foram ou ainda atuam como lideranças comunitárias possuem uma visão mais crítica e tem mais consciência sobre a importância da participação e relação que os moradores devem estabelecer com o líder.

Percebeu-se durante a pesquisa, através das falas dos entrevistados, o orgulho que sentem pelas conquistas que obtiveram nas lutas empreendidas. Ao se referirem as lutas e realizações, transmitem amor, carinho e a história do bairro, as conquistas passam a fazer parte da sua própria identidade

4.3 Visão acerca da participação

No quadro 4 poderemos visualizar o entendimento que os respondentes possuem acerca do conceito de participação e como ela ocorre (se ocorre) na comunidade:

Respondente	Entendimento sobre participação	Visão sobre participação na comunidade	Como ocorre
R1	“É querer o melhor para a comunidade, trabalhar com união”.	“Hoje a comunidade está parada, estão preocupados cada um com seu problema, esquecendo da comunidade, população está desmotivada	“Convocação, reunião, porém não se vê resultado, há pouca participação”.

		com a direção da Associação de Moradores”	
R2	“Vários significados. Pessoas devem se unir, ficar juntos, chamar a atenção da mídia, do poder público para os problemas da comunidade”	“População não está capacitada para administrar a comunidade, as lideranças precisam se capacitar, caso contrário não vai saber falar, ouvir, reivindicar direitos, as reuniões com órgãos públicos se tornam uma guerra. A população não sabe utilizar o poder que tem.”	Distribuição de cartazes nos pontos de ônibus, bares, porta de igreja. “A população cobra, porém não colabora”. Sugestão de distribuir tarefas. Falta divulgar os trabalhos que estão sendo feitos pela Associação.
R3	“Ajudar a comunidade a melhorar”	“Alguns não muito ‘ligados’ nas reuniões para melhorias”	Divulgação com cartazes, porém faz dois meses que não há reunião.
R4	“Não é só ver o que acontece, é ter atitude, correr atrás, buscar os meios de conseguir as coisas para a comunidade”	“Complicada. Comparação com a mídia que divulga fatos, mas há poucos resultados. A população cobra, mas está desanimada na participação”	“É um grande desafio trazer os resultados para a comunidade”
R5	“Ajudar as pessoas a saírem de dentro de casa e lutar pela comunidade, realizar trabalhos pela comunidade”	“Sente-se triste por não ver continuidade no trabalho com as crianças que eram atendidas na creche e pelo fato de que hoje muitas estão mortas por envolvimento com o tráfico. Não há participação na comunidade”.	“Depois do surgimento da ‘parte de cima’ houve uma grande divisão na comunidade”.

Quadro 4 – Visão sobre participação

Fonte: Elaboração própria, com base no questionário da pesquisa.

Percebe-se que os respondentes possuem um entendimento parcial sobre o conceito de participação. Sem acesso a uma formação constante, o líder não se depara com questionamentos críticos, o que dificulta a reflexão de suas ações, a revisão de seus objetivos, suas estratégias de ação, sua maneira de conduzir as reuniões ou mesmo não criando oportunidades de encontro com outras lideranças, de observar outras formas de pensar e agir.

A participação em cursos de capacitação auxilia na superação da inibição, na melhoria da comunicação, faz com que a pessoa aprenda a ouvir e acatar diferentes opiniões, a trabalhar em grupos. As lideranças que procuram aperfeiçoar-se constantemente através de cursos tendem a ter atitudes mais democráticas e estão mais abertos às críticas.

As lideranças comunitárias responderam sobre a participação da comunidade dizendo que os moradores geralmente não participam, porém cabe questionar se os

organizadores das reuniões da Associação de Moradores, que é a principal entidade na localidade, permitem que os participantes se expressem, ou se centralizam as decisões, as tarefas. Também questionar se encaminham as decisões após um debate satisfatório e um processo de votação quanto às opiniões divergentes ou se revelam um discurso onde a opinião dos demais não se faz presente. Não tive a oportunidade de acompanhar uma reunião da Associação, pois há cerca de dois meses não são realizadas.

Em pesquisa realizada por Herkenhoff, foi constatado que os moradores são exigentes na relação com os líderes:

Afirmam que um grande líder “é aquele que participa de tudo, anda pelo bairro, conversa com todos, cativa os moradores, consegue melhorias para o bairro”. No discurso existe uma projeção, uma expectativa de que o outro seja aquilo que eu não sou. Em nenhum momento os moradores falam sobre aquilo que eles podem ser, podem contribuir, podem fazer. Outra contradição se manifesta quando, embora não participando das reuniões, querem que o líder faça reuniões, comunique as datas referentes a essas reuniões, mobilize sempre. São atitudes que refletem a herança deixada pela cultura política autoritária. (1995, p. 119/120)

Podemos perceber isso nas respostas das lideranças comunitárias quando perguntadas sobre a participação na comunidade. A maioria da população acredita ser necessária a existência de lideranças comunitárias, mas com o objetivo de representá-los, de substituí-los, e não enxergam as lideranças no sentido de mobilizá-los, de ser um instrumento de união entre eles. A clareza sobre a importância da participação, da luta pelos direitos sociais e políticos, coexiste com a cultura da submissão e da dependência.

Segundo Toro e Werneck:

Considerar a participação de todos como uma necessidade para o desenvolvimento social: A participação é uma aprendizagem. Se conseguimos hoje nos entender, decidir e agir para alcançar alguma coisa (como melhoria da escola do bairro), depois seremos capazes de construir e viabilizar soluções para outros problemas (como a prevenção de uma área verde ou melhoria do trânsito). Podemos ainda nos articular com outros grupos para desafios maiores, como o fim da violência, o combate ao desemprego, etc. Aprendemos a conversar, a decidir e agir coletivamente, ganhamos confiança na nossa capacidade de gerar e viabilizar soluções para nossos problemas, fundamentos para a construção de uma sociedade com identidade e autonomia. (1997, p. 27)

Segundo estes mesmos autores, para que as pessoas resolvam participar e descubram como podem contribuir é necessário que:

- Tenham informações claras sobre os objetivos, as metas, a situação atual e as prioridades da mobilização social e cada momento. Esse é um dos objetivos da comunicação social no apoio a um movimento.
- Sintam-se seguras quanto ao reconhecimento, valorização e respeito à sua forma de ser e de pensar. Ninguém está disposto a correr o risco de ser incompreendido e rejeitado.
- Sintam a confiança dos outros participantes quanto à sua capacidade e possibilidade de contribuir para o alcance dos objetivos. (1997, p. 44)

No que se refere às formas utilizadas para a convocação dos moradores da comunidade Vila Aparecida para a participação, as lideranças comunitárias entrevistadas citam como meio bastante utilizado a distribuição de cartazes em pontos considerados estratégicos de circulação de pessoas, como bares e pontos de ônibus.

Toro e Werneck (1997, p. 52) citam que a coletivização é que dá estabilidade a um processo de mobilização social, sendo a comunicação um importante instrumento, porém não o único. Uma das maneiras de se atingir a coletivização é por meio da exposição das informações, noticiando os acontecimentos. A divulgação tem muitas vezes uma finalidade promocional ou simplesmente informativa. O resultado desejado é que as pessoas saibam, tenham conhecimento dessa informação, formando assim suas opiniões, dispondo-se a agir, repassando e tornando-se fontes de novas informações. Para alcançar o sucesso desejado no processo de mobilização é necessário que todos os participantes tenham conduta comunicativa, interesse e disposição para consumir e fornecer informações.

Como a circulação de informações é de suma importância para o funcionamento e crescimento de uma rede, entendemos ser esta uma função principal dos líderes de um processo de mobilização social. Convém que as lideranças comunitárias da Vila Aparecida repensem a maneira como vem divulgando as informações que são de interesse da coletividade.

4.4 Visão acerca da mobilização social

A seguir faremos uma visualização do conhecimento dos respondentes sobre o processo de mobilização social e também sobre a visão que possuem sobre este processo na comunidade da Vila Aparecida:

Respondente	Entendimento sobre Mobilização	Visão sobre Mobilização Social
--------------------	---------------------------------------	---------------------------------------

	Social	na comunidade e como ocorre
R1	“Após a criação da UFECO, cada comunidade se organiza sozinha, antes Pe Wilson fazia reuniões com todos”.	Acredita não haver mobilização, e sim muita politicagem, pois há muitos cabos eleitorais na comunidade.
R2	“Reunir o povo e ir até a Prefeitura reivindicar”	“Pensam em convocar a população para ‘bater panela’ após a regulamentação da documentação da Associação de Moradores”.
R3	“Levar as demandas da comunidade à Prefeitura e órgãos responsáveis”	“Não ocorre na comunidade. É difícil reunir vinte pessoas em uma reunião”.
R4	“Sensibilizar a população para a parceria. Chamar moradores para reuniões, esclarecer sobre os direitos que muitos nem sabem que tem”.	“Pode ser feita através de abaixo-assinado ou ofícios aos órgãos competentes, ainda chamar moradores para reuniões, porém a maioria pensa apenas nos benefícios particulares”.
R5	“Chamar a comunidade para fazer reunião para solicitar à Prefeitura Municipal a liberação de dinheiro para a Associação Moradores”	“Não ocorre na comunidade, e em parte isso ocorre pelo medo”

Quadro 5 – Visão sobre mobilização social

Fonte: Elaboração própria, com base no questionário da pesquisa.

A explicitação do propósito de uma mobilização social é o primeiro passo no planejamento da mesma, estando diretamente ligado a qualidade da participação que será alcançada. Segundo Toro e Werneck (1997, p. 35) este propósito deverá ser divulgado de uma maneira bastante atraente, “*convocando*” o imaginário das pessoas sintetizando os grandes objetivos que se busca alcançar. Deve expressar o sentido e a finalidade da mobilização, tocando a emoção das pessoas, despertando a paixão, não apenas a razão.

Segundo os autores é relevante que o propósito reflita certo consenso coletivo, sendo “consenso como a escolha e construção de um interesse compartilhado, mas que permanece sendo de cada um de nós” (1997, p. 37).

Ainda colocam os autores que:

Mobilização social não é uma oportunidade de conseguir pessoas para ajudar a viabilizar nossos sonhos, mas de conseguir congregar pessoas que se dispõem a contribuir para construirmos juntos um sonho, que passa a ser de todos. Se esse sonho exclui alguém, esse alguém não vai se comprometer e vai buscar atacar, desestimular e destruir o movimento e a disposição dos outros para agir. (1997, p. 37)

Percebe-se através das repostas do quadro acima que o processo de mobilização social na comunidade, de acordo com a visão dos respondentes R1, R2 e R3 não ocorrem,

sendo necessário que as lideranças comunitárias revejam os propósitos a serem alcançados e a maneira como estes têm sido repassados e abordados na comunidade. A resposta dada pelo R4 tem um sentido mais abrangente e seu entendimento sobre mobilização social corrobora com a análise de Herkenhoff, quando expõe que:

Foi possível observar que o líder, de acordo com sua concepção de mundo, do seu papel junto à associação de moradores, conforme a sua postura e o seu estilo de liderança, exerce uma influência no sentido de a população ampliar ou não a consciência de seus direitos civis, sociais e políticos e de sua cidadania, através da dinamização ou não da entidade popular. (1995, p. 113)

É possível concluir que a entidade da Associação de Moradores não tem criado canais contínuos de participação, além de a mobilização ter sido apresentada com um sentido restrito e situacional.

4.5 Resultados alcançados

No quadro abaixo podemos analisar os resultados obtidos pelos respondentes no processo de participação e mobilização na comunidade, também verificar o entendimento que os mesmos possuem sobre as diferenças existentes entre participação e mobilização social:

Respondentes	Resultados alcançados nos processos de participação e mobilização na comunidade	Diferenças entre participação e mobilização
R1	Conseguiram regularizar terrenos, água, luz, calçamentos.	“Povo está quieto, havendo pouca participação”
R2	“União do povo. A atual gestão Associação de Moradores conseguiu unir diretoria e lideranças, pararam as brigas internas no bairro, pessoal de baixo com o de cima”. Porém de concreto ainda não conseguiram nada.	- Participação é “quando pessoa vai uma vez e não vai mais, não acompanha o processo” - Mobilização: “é o todo”.
R3	- Conselho de Saúde: não precisam mais fazer tumultos no Posto, pois foram atendidos em suas reivindicações.	- Participação: “é ser voluntário”. - Mobilização: “união de todas as pessoas quando não conseguem resolver sozinhas os problemas na comunidade”
R4	Curso de pedicure/pedicure, bombeiro comunitário, regularização da documentação da Associação de Moradores.	- Participar: “de uma reunião, mas não se mobiliza pela situação”. - Mobilização: “chamar a população, reunir lideranças”.

R5	Quando trabalhava na creche, conseguiram a construção em alvenaria, melhorias no ambiente, as mães puderam ser liberadas para o trabalho, pois agora tinham onde deixar as crianças. Na Associação conseguiram parceria com a COMCAP para limpeza da comunidade. Lutaram pelo terreno pertencente ao grupo Cassol, porém não conseguiram, o dono tinha intenções de que fosse construído no local o Centro de Convenções, como foi negado pela Prefeitura Municipal, ele afirmou que não negocia o terreno enquanto vivesse.	- Participar: “ajudar a construir coisas para a comunidade”. Mobilização: “unir a comunidade para a luta”.
----	--	---

Quadro 6 – Resultados alcançados e diferenças entre participação e mobilização social

Fonte: Elaboração própria, com base no questionário da pesquisa.

Podemos verificar potencialidades, como se constata nas respostas de R1 e R4. A Associação de Moradores possui sede própria, construída a partir da identificação de necessidades básicas da população local, como limpeza pública, abertura de ruas, calçamento, construção de redes de água e esgoto. Também se verifica limites nos resultados alcançados, número relativamente baixo de participantes, o que pode expressar um distanciamento entre as lideranças e demais moradores, mesmo assim ao encaminharem as lutas, tentam mudar a realidade do bairro, ter acesso a bens e serviços, reivindicar seus direitos, e à sua maneira vão conquistando espaços, entrando em contato com as autoridades, tentando fazer com que enxerguem a realidade da comunidade. Há ainda a existência de divergências internas, como vemos na fala do R2. Neste sentido, Herkenhoff levanta que:

A dificuldade de desenvolver mecanismos que reconhecem as posições divergentes faz com que utilizem mecanismos autoritários nas tomadas de decisões; em nome da criação de uma comunidade de iguais “eliminando-se” as diferenças entre os participantes; impedidas de se manifestarem no plano público, as diferenças aparecem no espaço informal das fofocas e das acusações pessoais, atitudes extremamente prejudiciais ao exercício da cidadania. (1995, p. 44-45)

Ainda de acordo com a autora (p. 45) as conquistas no plano da cidadania estão acompanhadas por uma série de limites e contradições que explicitam tanto em nível externo, conjuntural, quanto internamente, no cotidiano das entidades, na dinâmica das reuniões, nas decisões que são tomadas, nos encaminhamentos que são feitos, na mobilização, no envolvimento ou não dos moradores na vida da entidade, na realização ou não de processos de capacitação técnica e política de suas lideranças.

De outro lado, desde a fundação da Associação de Moradores, através das lutas e reivindicações, podem-se concluir como visíveis as melhorias na comunidade.

Ainda, quanto ao entendimento das lideranças comunitárias sobre a diferença entre participação e mobilização social fica evidenciado que não conseguem expressar com precisão e objetividade suas reais diferenças ou até se elas realmente existem. Mas pode-se destacar que entendem a mobilização como processo contínuo, enquanto que a participação se evidencia em atuação voltada para resultados, como por exemplo, presença e engajamento em reuniões e ações junto ao poder público. Isto, todavia contrapõe o que foi sistematizado na tabela 5.

4.6 Demandas atuais da comunidade

Nos informações do quadro abaixo, expomos a visão dos respondentes acerca das demandas apresentadas no cotidiano da comunidade e os motivos pelos quais tais lacunas não são atendidas pelo Estado:

Respondente	O que falta na comunidade	Por que necessidades não são atendidas pela Prefeitura Municipal
R1	“Equipe boa para consertar os erros existentes na Associação. Pessoas honestas na diretoria, enquanto isso não acontecer não haverá união na comunidade”.	
R2	“Saneamento básico, áreas de lazer e esporte, projetos para adolescentes, segurança que circule na comunidade, aulas de informática na comunidade”.	“Não são atendidas por falta de vontade política”.
R3	“Regularização de luz, mais médicos fixos no Posto de Saúde, saneamento básico, melhorias na parte de ‘cima’ da comunidade, a água é encaminhada para cima com bomba. Muitas casas sem estrutura, falta um plano de habitação. Segurança tem, mas é insuficiente. Abrir ruas”.	“Pela falta de pagamento de impostos pela comunidade”
R4	“Necessidade de moradias dignas, saneamento básico, melhoria na infra-estrutura, transporte urbano com mais horários disponíveis, coleta de lixo e entulhos com maior frequência, áreas de lazer”.	“Falta maior visão do poder público, pois se ‘fazem de cegos’, porque recebem cobranças, sabem das necessidades de projetos sociais na comunidade, mas não fazem nada”. “Vereadores devem frequentar mais a comunidade para sentir as necessidades

		existentes .”
R5	“Creches, reativação da Associação para trabalhar pela comunidade ”	“Por falta de união, de um líder que reúna a comunidade para ir até a Prefeitura Municipal reivindicar. Falta cobrança por parte da comunidade, quando a gente cobra, a Prefeitura atende”.

Quadro 7 – Demandas atuais

Fonte: Elaboração própria, com base no questionário da pesquisa.

Na fala do R1 podemos perceber que o mesmo transfere a responsabilidade pelo processo de melhoria da comunidade a agentes externos, excluindo-se do processo de mudança, não conseguindo construir uma representatividade satisfatória. No seu discurso em relação ao papel do líder, entende-o como algo isolado, a ser cumprido somente pelas lideranças comunitárias, sem a participação dos demais. O que também podemos observar, é que pelo fato de já ter sido membro da Associação de Moradores possui uma visão bastante crítica sobre a relação que os moradores devem estabelecer com as lideranças comunitárias.

Neste sentido, concordamos com a análise de Herkenhoff, ao afirmar que:

Opiniões, valores e atitudes contrárias estão presentes numa relação de ambivalência: o apoio e a rejeição, a aceitação e a exigência, a compreensão e a cobrança, a negação e a afirmação, fazem parte das interpretações elaboradas pelos indivíduos de modo a compreender o papel desempenhado pelo líder neste contexto. (1995, p. 126)

Quanto às demandas existentes na comunidade, constata-se que os entrevistados possuem um entendimento sobre as mesmas, possuindo clareza sobre as necessidades da comunidade, sendo o saneamento básico e a questão da habitação as mais citadas.

Ao se caminhar pela comunidade constata-se o emaranhado de fios pendurados (gatos), evidenciando a precariedade na rede elétrica, melhoria que deve acontecer na visão do R3. Fato interessante confirmado na fala do R2 foi, na sua visão, a necessidade de aulas de informática para a comunidade, demonstrando sua preocupação com a capacitação da população, o que tem fundamento considerando que a tecnologia está presente no cotidiano de todas as profissões e exigem conhecimento, mesmo que mínimo, sobre informática.

O entrevistado R4 cita a necessidade da coleta de entulhos, além do lixo orgânico produzido diariamente, fato que também tem relevância, pois ao deslocar-se pela comunidade é possível constatar o grande volume de entulhos descartados à beira das ruas e becos,

também no terreno baldio pertencente ao grupo Cassol, localizado na parte central da comunidade, o que contribui para a proliferação de animais de rua e doenças.

No que se refere ao entendimento dos mesmos sobre os motivos das necessidades da comunidade não serem atendidas pela Prefeitura Municipal, constata-se a falta de vontade e visão política do poder executivo. Na fala do R3 o motivo estaria ligado ao fato da comunidade não pagar impostos. Podemos relacionar o não pagamento de impostos à falta de regularização de muitos terrenos, também ao fato de não existir na comunidade atividade comercial significativa.

Apesar dos problemas de ordem de infra-estrutura, saneamento e urbanização, é preciso dizer que a comunidade da Vila Aparecida ocupa um espaço privilegiado pela sua localização próxima ao centro de Florianópolis, e de certa forma sofre algum tipo de especulação imobiliária. Fato que pode ser constatado com a construção recente, às margens da Via Expressa, dentro da comunidade, de uma loja que revende automóveis de marca renomada.

4.7 Aspectos a serem alterados na comunidade

Neste último quadro, visualizaremos a percepção dos respondentes sobre as necessidades existentes da comunidade, também os apontamentos que os mesmos fazem sobre as melhorias entendidas como indispensáveis:

Respondentes	O que precisa ser diferente	O que mais precisa ser melhorado
R1	“Amar mais ao próximo”	“A fiscalização da Prefeitura nas ações da Associação de Moradores”
R2	“Capacitação, formação em políticas públicas”	“As ruas, pois os becos tiram a privacidade das pessoas, em relação ao tráfico de drogas melhorou bastante. O Posto Saúde precisa demorar menos na marcação de consultas ”
R3	“Médicos fixos na comunidade”	“Comunidade está abandonada pelo Estado, os vereadores devem fazer visitas para conhecer a comunidade e não só em época de eleição”.
R4	“Maior reconhecimento da comunidade pelo poder público”.	“O maior problema é de moradias, muitas são precárias e muitos moradores pagam aluguel, existe na comunidade grande número de kitnetes para alugar”.

R5	“Falta de bons projetos para as crianças e adolescentes”	“Ensinar uma profissão para os adolescentes, que hoje ficam soltos, sendo levados por traficantes para a venda de drogas. É preciso prepará-los para o mercado de trabalho”.
----	--	--

Quadro 8 – Melhorias na comunidade

Fonte: Elaboração própria, com base no questionário da pesquisa.

Constata-se por meio das falas dos respondentes que a comunidade precisa de mais capacitação (R2), de médicos (R3), ter maior reconhecimento pelo poder público (R4).

Quanto aos aspectos a serem melhorados, o R1 acredita que a Prefeitura Municipal deve acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas pela Associação de Moradores, que no momento vem tentando regularizar uma dívida deixada por gestões anteriores, para depois retomar e reformular os projetos que eram executados na sede da Associação. Porém, cabe destacar que a fiscalização deve ser exercida e acompanhada pelos moradores, beneficiários (ou não) das ações desenvolvidas pela Associação de Moradores. A atividade de acompanhamento das ações da Associação é dos próprios moradores, ou seja, constata-se aqui uma confusão de compreensão em relação a tarefas e competências da sociedade civil organizada e da sociedade política, neste caso, o executivo municipal.

A questão de abertura de ruas novamente é citada, (R2), sendo uma problemática na parte superior da comunidade, onde só existem becos e ruelas, que limitam a privacidade, dificultam o acesso e o transporte dos moradores.

A temática da habitação é abordada (R4) como imprescindível, considerando a precariedade dos domicílios existentes na comunidade. As famílias em geral são numerosas, não comportando de forma adequada os moradores. Ainda há que se considerar o tipo de construção, em geral são de material reaproveitado. Muitos moradores, além de ganhar pouco, ainda precisam pagar aluguel, sendo este um fator a dificultar a manutenção das necessidades essenciais destas famílias. Não há para a comunidade até o momento, nenhum projeto para construção de habitações populares.

Podemos concluir que o movimento popular apresenta fragilidades na sua organização, não possuindo assim uma estrutura que garanta a efetiva discussão e encaminhamentos das demandas atuais da comunidade por ela mesma. As lideranças comunitárias estão sobrecarregadas, pois além de atuarem na gestão da Associação de Moradores, precisam trabalhar para sua manutenção e de sua família, restando um escasso tempo disponível para mobilizar a comunidade na luta por seus direitos.

Conforme Yasbek:

Para o homem coisificado e sujeitado, as possibilidades de determinar-se como sujeito, de decidir, de compreender, de ter consciência, constituem caminhos (ainda que restritos e mesmo diminutos) para experimentar a realização da forma genérica de seu ser. Para este homem ainda, as experiências de solidariedade entre os subalternizados, a construção de valores e lutas comuns, para modificar suas condições de vida, revelam novas formas de expressão social e politização de seu cotidiano. (2003, p. 168)

Assim, os desafios a serem enfrentados pelas lideranças comunitárias mais atuantes são muitos. Entendemos ser necessária a compreensão de seu papel e a superação das limitações no próprio seio do movimento social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se por meio deste estudo conhecer os meios pelos quais as lideranças comunitárias da Vila Aparecida mobilizam a população visando à participação na garantia dos direitos e atendimento das necessidades. Penso ter sido de significativa importância essa aproximação com a realidade da comunidade, pois pude vivenciar, mesmo em breves conversas, a conexão entre teoria e a prática a partir das falas dos entrevistados. Foi sem dúvida um momento onde os sujeitos tiveram voz e expuseram seus pontos de vista e entendimentos, e percebeu-se como o fizeram com satisfação, sendo assim uma experiência extremamente gratificante.

Quanto ao entendimento das lideranças comunitárias sobre a diferença entre participação e mobilização social fica evidenciado que não conseguem expressar com precisão e objetividade suas reais diferenças ou até se elas realmente existem. Pode-se destacar que entendem a mobilização como processo contínuo, enquanto que a participação se evidencia em atuação voltada para resultados mais imediatos.

Entendemos como necessária a articulação entre a Associação de Moradores, Instituto de Geração de Oportunidade de Florianópolis (IGEOF¹³) e PETI, criando condições para as famílias sejam capacitadas para o mercado formal de trabalho, provendo seu próprio sustento, não dependendo, assim, do trabalho dos filhos. O recebimento de algum tipo de benefício, como o PETI, não pode ser a única garantia ou fonte de renda para essas famílias, daí a importância de políticas sociais que garantam aos cidadãos seus direitos, como o emprego formal.

Quanto ao fato de não haver na comunidade instituições que ofertem atividades sócioeducativas e de convivência para crianças e adolescentes, concluímos que as lideranças entrevistadas não identificam tal necessidade como uma demanda a ser resolvida. Tal temática

¹³ O Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis foi criado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em dezembro de 2003 para promover oportunidades sustentáveis de renda na capital de Santa Catarina. Comandado por um conselho gestor composto por entidades representativas da sociedade, presidido pelo prefeito municipal, o IGEOF segue a filosofia do trabalho em rede. A missão é servir de instrumento aglutinador de forças para a inclusão social da população em geral. O objetivo é criar cadeias auto-sustentáveis de oportunidades sociais e econômicas. A meta é articular e promover consórcios de entidades governamentais e civis em torno de empreendimentos que visam o bem comum da cidade. Fonte: <http://www.pmf.sc.gov.br/portal/geracaodeoportunidade/> Acessado em: 14/06/10.

deve ser mais intensificada junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Florinópolis.

O Serviço Social deve atuar juntamente com a coordenação do Programa, visando a garantir o preconizado na Portaria nº 458/2001, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das famílias e tornando-as protagonistas de seu próprio desenvolvimento social.

Sabe-se que a situação de extrema vulnerabilidade e risco social em que se encontra a maioria das famílias beneficiárias do PETI, assim como dos moradores das comunidades mais carentes, como é o caso da Vila Aparecida, é resultado de um longo processo histórico, consequência da concentração de renda existente em nosso país e da priorização da agenda econômica em detrimento da área social.

É preciso que além do repasse do benefício, sejam criadas estratégias que garantam a emancipação e inclusão social, e uma das formas de fortalecer essas estratégias é a atuação concreta da Associação de Moradores, através das lideranças comunitárias, que tem papel de suma importância neste processo. Constata-se que são muitos os desafios a serem enfrentados pelas lideranças comunitárias mais atuantes, e entendemos ser necessária a compreensão de seu papel, percebendo com maior clareza os obstáculos e as potencialidades existentes.

Neste sentido é necessária a atuação do profissional de Serviço Social como viabilizador de direitos, que pautado no Código de Ética da profissão efetive propostas de enfrentamento a estas questões vivenciadas pelas famílias. Para que sua crítica sobre as políticas sociais e assistenciais e de sua própria intervenção não seja apenas um discurso abstrato, é necessário conhecer seus limites e ultrapassar as aparências que fazem com que o fato de entre as políticas sociais e seu objeto haja uma enorme lacuna.

Ao finalizar a pesquisa, com a análise dos dados e das informações sobre o processo de participação e mobilização social na Vila Aparecida, obtidas junto às lideranças comunitárias, acreditamos auxiliar o PETI no conhecimento da referida comunidade, possibilitando assim, a criação de estratégias para minimizar as atividades de trabalho precoce existente, uma vez que a erradicação necessita de ações mais amplas. Sugere-se que o Programa crie propostas de capacitação junto às lideranças comunitárias da Vila Aparecida, auxiliando-as no descobrimento de suas potencialidades e superação das limitações próprias do movimento social.

A superação da condição de subalternidade não se dá apenas no enfrentamento das dificuldades materiais encontradas no cotidiano, mas também pelo que pensam e consideram acerca da realidade que vivenciam. O enfrentamento dessas dificuldades supõe a união das classes subalternas na superação da fragmentação de suas lutas a partir de um processo de

significados comuns para suas experiências. Com a conscientização de que o processo que vivenciam é comum a todos, tanto do ponto de vista material quanto cultural, é que terão legitimidade e serão impulsionados para as lutas coletivas.

A nova tipificação sócioassistencial, através da Resolução nº. 109, de 11 novembro de 2009, prevê que os CRAS trabalhem ações mais próximas às comunidades, porém não visualizamos ainda estas ações no sentido de privilegiar a conscientização e a participação comunitária na resolução dos seus problemas. Ainda são políticas sociais prontas às quais os cidadãos devem se ajustar e isto ocorre porque dentro da concepção neoliberal não há espaço para indivíduos emancipados.

O presente trabalho não esgota nestas páginas a temática abordada. São necessários mais estudos que se aprofundem na questão da participação e mobilização social da comunidade Vila Aparecida em Florianópolis/SC, contribuindo, assim para o real acesso a direitos garantidos constitucionalmente, porém ainda não alcançados concretamente, visando assim uma significativa ampliação da qualidade de vida da população da referida comunidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, I. A. Estado, poder local e organizações populares no nordeste (1978-1985). In: Nascimento, E.P e Barreira, I. A (org.). **Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.
- BASTOS, Elide Rugai. Para a análise dos movimentos sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano IV, p.83-106, 1983.
- BORON, Atílio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007. 462 p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Instrução Operacional para operacionalização do SISPETI**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/instrucao-operacional-e-manual-sispeti.pdf/view>>. Acesso em: 22 jun. 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/legislacao>>. Acesso em: 22 jun. 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/legislacao>>. Acesso em: 22 jun. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: MEC, ACS, 2005. 77 p.
- BRAVO, Maria Inês Souza. As políticas brasileiras de seguridade social. In: **Políticas sociais setoriais e por segmento**. Brasília: CEAD, 2000. p. 105-115.
- CABRAL, Oswaldo. **Nossa Senhora do Desterro**. Notícias (v. 1). Memória (v. 2). Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Reforma e imaginação. In: FIORI, Jose Luis. **Sobre o consenso de Washington**. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995. p. 14-22.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CARUSO, Raimundo C.; CARUSO, Mariléia M. Leal. **Vida e cultura açoriana em Santa Catarina**. Florianópolis: Edições da Cultura Catarinense, 1981.

CIDADANIA, Centro de Estudos Cultura e. **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina – CECCA. Florianópolis: Insular, 1997.

COSTA, Carmem Lúcia. **Vila Aparecida**: Um esboço de sua história relatado por seus sujeitos. 1995. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 1995.

CUSTÓDIO, André Viana. **O trabalho da criança e do adolescente no Brasil**: uma análise de sua dimensão sócio-jurídica. Florianópolis, 2002. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-graduação em Direito.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FRIEDAN, M. **O espaço capitalista**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 143.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações**: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Sociologia da Educação do Departamento de Ciências Sociais, Londrina, v. 5, n. 1, p.11-40, 01 jan. 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set/Dez. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza: CRESS-CE, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: **Revista TEMPORALIS**. Brasília, 2 ed. Ano 2, n. 3: ABEPSS, Gráfica Odisséia, jan./jul. 2001.

IANNI, Octavio. **A política mudou de lugar**. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n03/v11n03_01.pdf. Acessado em 27/06/10.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

- NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 75-89.
- PAOLI, M. Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMAN, Michaela. **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. São Paulo; Marco Zero, 1995, p. 24-55.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades sociais e mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Políticas de satisfação de necessidades no contexto brasileiro. In: _____. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.125-180.
- RESENDE, Paulo Edgar A. (Org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997
- SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Repensando os instrumentais em Serviço Social. In: STOCKINGER, Sílvia da Costa (Org.). **Textos de teoria e prática de Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPA**. Belém: Ed. Amazônia / UFPA, 2005. p. 06-48.
- SCHEREN-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54 p. 505-517, set/dez. 2008.
- SILVA, Maria Lúcia Carvalho. Movimentos sociais: gênese e principais enfoques conceituais. **Revista Kairós**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 13-38, dez. 2001.
- SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano – a via de contorno norte - ilha**. São Paulo: USP, 1994. (Mestrado em Educação). Programa de Mestrado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- TORO A., Jose Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 104p.
- VERONESE, Josiane Rose Petry; CUSTÓDIO, André Viana. **Trabalho Infantil: A negação de ser criança e adolescente no Brasil**. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2007.
- VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo. Cortez, 1992.
- WAGNER, Flavia. Universidade Federal de Santa Catarina. **Apropriações: o saber infantil sobre o espaço urbano da favela por meio do teatro**. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- Populismo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Populismo>. Acesso em 18/05/10.

APÊNDICE A – Questionário aplicado na pesquisa

Questionário da Pesquisa sobre “Processos de Mobilização Social na Vila Aparecida”

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Feminino () Masculino ()

Escolaridade:

() Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto

() Superior Completo () Superior Incompleto

() Outros. Qual? _____

1 – Há quanto tempo mora na Vila Aparecida?

2 – Qual o tipo de vínculo que tem com a Vila Aparecida?

3 – Qual é a entidade em que você participa na comunidade?

3.1 – Desde quando participa desta entidade?

3.2 – Por qual (is) motivo(s) iniciou sua participação nessa entidade?

4 – Quais as lutas que essa entidade empreendeu e empreende atualmente?

5 – Sobre sua participação: O que você entende por Participação?

6 – Qual sua visão sobre participação na comunidade?

7 – Como ela ocorre?

8 – O que você entende por mobilização social?

9 – Qual sua visão sobre a mobilização na comunidade? Como ela ocorre?

10 – Quais os resultados alcançados nos processos de participação e de mobilização na comunidade?

11 – Você vê diferenças entre a mobilização a e participação comunitária? Quais?

12 – Você considera que falta algo na sua comunidade?

12.1 – Por que pensa que estas necessidades não são atendidas pela Prefeitura Municipal?

13 – Em sua opinião o que precisa ser diferente na sua comunidade?

13.1 – O que mais precisa ser melhorado? Por quê?

Florianópolis, ____/____/2010.

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “Processo de Mobilização Social na Vila Aparecida”. Você foi escolhido (a) para ser respondente por compor o universo das pessoas consideradas lideranças comunitárias e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com o Departamento de Serviço Social /UFSC.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário que tem como objetivo desenvolver um estudo analítico acerca do processo de mobilização social e participação na comunidade da Vila Aparecida em Florianópolis/SC.

Os benefícios relacionados com sua participação são muitos. Através de sua contribuição, temos como intuito elaborar o TCC, no qual pretendemos analisar como se articulam as diferentes lideranças comunitárias, e como ocorre o processo de mobilização e de participação social. Também levantar informações que auxiliem o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no conhecimento da comunidade e na criação de estratégias para a inclusão e permanência de crianças e adolescentes nos projetos de ações sócio-educativas e de convivência, minimizando assim possibilidades de exploração do trabalho infantil na comunidade. E, finalmente, conhecer a visão das lideranças comunitárias acerca dos serviços disponibilizados pelo Estado na comunidade. Não identificamos a existência de riscos por sua participação na referida pesquisa.

As informações obtidas através desta pesquisa serão utilizadas, então, para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Juliana Aparecida Mikolaiczkyk e é através deste que serão veiculadas. Os dados levantados serão sistematizados de forma a não possibilitar a identificação dos respondentes.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal e da professora orientadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Obrigada pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

Acadêmica: Juliana Aparecida Mikolaiczkyk

Rua Acadêmico Reinaldo Consoni, 295 – Bairro Córrego Grande, Florianópolis/SC

Fone: 99214274

Professora Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso: Prof^a Dr^a Vera Herweg Westphal
Departamento de Serviço Social / UFSC

Fone: 3721-9540

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Observações:

Juliana Aparecida Mikolaiczuk
Acadêmica Serviço Social – UFSC

Participante

Florianópolis, ____/____/2010.